



PLANO DE
GESTÃO
2021-2023



BELÉM 2023



Missão:

Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional e do incentivo a pacificação social, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Visão:

Ser reconhecido como instituição acessível, confiável, célere e efetiva.

Valores:

Eficiência, Acessibilidade, Agilidade, Credibilidade, Ética, Transparência, Inovação e Sustentabilidade.

Desembargadora **Celia Regina de Lima Pinheiro**
Presidente

Desembargador **Ronaldo Marques Valle**
Vice-Presidente

Desembargadora **Rosileide Maria da Costa Cunha**
Corregedora Geral de Justiça

Equipe Técnica

Fábio Djan Oliveira de Lima

Diretor do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

Luciana Sá Fernandes – Coordenadora de Gestão Estratégica

Alcimar Martins Júnior- Analista Judiciário

Kelly Regina Lima de Lima- Analista Judiciário

Fabianne Cabral Pinto de Almeida- Auxiliar Judiciário

Francisco Alexandre Lima - Analista Judiciário



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
1. EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO.....	10
1.1 PERSPECTIVA DE MACRODESAFIOS.....	10
1.2 PERSPECTIVA DE AÇÕES.....	11
2. ANÁLISE DAS AÇÕES.....	12
1 MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	11
1.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: FORTALECIMENTO DE AÇÕES DESTINADAS AO ENFRENTAMENTO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE.....	12
1.1.1 Implementar ações que visem à redução da judicialização da saúde.....	12
1.1.2 Implantar painel de monitoramento de demandas de saúde.....	13
1.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	13
1.2.1 Implementar ações voltadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e adoção	13
1.2.2 Realizar articulação interinstitucional entre a Justiça da Infância e Juventude, área infracional, e os demais parceiros do Sistema de Garantia de Direitos.....	14
1.2.3 Expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente quando vítima ou testemunha de violência	15
1.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: PROMOÇÃO DO RESPEITO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE HUMANA, DE MODO A CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA.....	16
1.3.1 Promover a inclusão social e acessibilidade.....	16
1.4 INICIATIVA ESTRATÉGICA: FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS VOLTADAS À AFIRMAÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO	17
1.4.1. Promover ações para fortalecer a participação feminina no PIPA.....	17
2 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	17
2.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	18
2.1.1 Intensificar os canais de comunicação com a sociedade.	18
2.1.2 Aprimorar a comunicação interna e externa	19



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

2.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS.....	20
2.2.1	<i>Fortalecer a comunicação interinstitucional com a Defensoria Pública e o Ministério Público.</i>	20
2.2.2	<i>Instituir a Ouvidoria da Mulher.....</i>	21
2.2.3	<i>Implantar Ponto de Inclusão Digital (PID).....</i>	22
3	MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	21
3.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: APRIMORAMENTO DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	22
3.1.1	<i>Ampliar o processo de digitalização e virtualização.</i>	22
3.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA	24
3.2.1	<i>Ampliar a instalação de UPJs no 1º grau de jurisdição</i>	24
3.2.2	<i>Reorganizar Unidades Judiciárias.....</i>	25
3.2.3	<i>Implantar UPJs Cível e Criminal em Santarém.....</i>	26
3.2.4	<i>Implantar UPJ das Varas de Execução Fiscal.....</i>	26
3.3	INICIATIVA ESTRATÉGICA: APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS	26
3.3.1	<i>Padronizar rotinas de trabalho nas unidades judiciárias</i>	26
3.3.2	<i>Implantar o Juízo 100% Digital</i>	26
3.4	INICIATIVA ESTRATÉGICA: IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS VISANDO À REDUÇÃO DO ACERVO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS CONGESTIONADAS	27
3.4.1	<i>Estimular a elevação do piso das execuções fiscais.</i>	27
3.4.2	<i>Aprimorar os grupos de trabalho de apoio às unidades judiciárias</i>	27
4	MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS.....	29
4.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA GESTÃO DE PROCESSOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	29
4.1.1	<i>Aprimorar a atuação no julgamento dos processos da Meta 4 do CNJ.</i>	29
4.1.2	<i>Digitalizar e migrar para o PJE os processos cíveis e penais da Meta 4 do CNJ – 2021/2022, das unidades judiciárias da capital, da RMB e do interior.</i>	34
5	MACRODESAFIO: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS.....	36
5.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS E AÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DOS CEJUSCs.	36
5.1.1	<i>Fomentar meios consensuais de soluções de conflitos não judicializados.</i>	37



5.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA RESOLUÇÃO NEGOCIADA DE CONFLITOS.....	38
5.2.1	<i>Estimular meios consensuais de soluções de conflitos judicializados.</i>	38
5.2.2	<i>Desenvolver e integrar os Sistemas GEMEC e PJE (Resolução 358/2020 - CNJ)</i>	40
5.2.3	<i>Integrar o Consumidor. Gov. Br e PJe</i>	40.
6	MACRODESAFIO: CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS.....	39
6.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: APRIMORAMENTO DE FERRAMENTAS PARA FACILITAR A IDENTIFICAÇÃO E GESTÃO DOS PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS VISANDO GARANTIR A SUA CONSOLIDAÇÃO.....	40
6.1.1	<i>Aprimorar as ferramentas informatizadas de gestão de precedentes obrigatórios</i>	40
6.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: APERFEIÇOAMENTO DE MECANISMOS PARA A REDUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E GRANDES LITIGANTES.	40
6.2.1	<i>Fomentar a utilização do IRDR.</i>	40
6.2.2	<i>Aprimorar o controle, a divulgação, a orientação e a fomentação de precedentes obrigatórios.</i> .	41
6.2.3	<i>Fomentar a utilização do Incidente de Assunção de Competência- IAC</i>	42
6.2.4	<i>Implantar o Centro de Inteligência do Poder Judiciário no âmbito do TJPA.</i>	42
6.2.5	<i>Revisar o Regimento Interno do TJPA quanto a precedentes judiciais obrigatórios</i>	44
7	MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	43
7.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE	44
7.1.1	<i>Implementar ações para melhoria do Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS</i>	44
7.1.2	<i>Implantar Política e Plano de Sustentabilidade</i>	45
7.1.3	<i>Implantar Programa de Contratação Sustentável</i>	46
7.1.4	<i>Modernizar os serviços de transporte do TJPA</i>	47
7.1.5	<i>Implantar o projeto piloto de workflow na SEAD</i>	48
7.1.6	<i>Implantar o sistema automatizado de conta vinculada</i>	49
8	MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL.....	49
8.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR, CONTRA O IDOSO, CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E OUTROS GRUPOS VULNERÁVEIS	50
8.1.1	<i>Expandir ações de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.</i>	50
8.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS(AS) E EGRESSOS(AS)	51
8.2.1	<i>Promover o fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa.</i>	51



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

8.3	INICIATIVA ESTRATÉGICA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS(AS) E EGRESSOS(AS)	52
8.3.1	Implementar ações de ressocialização de apenados e egressos.	52
8.3.2	Apoiar a execução das ações relativas ao Programa Fazendo Justiça do CNJ.	54
8.4	INICIATIVA ESTRATÉGICA: APERFEIÇOAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE E JULGAMENTO NA ÁREA CRIMINAL	55
8.4.1	Criar painel de gestão com as informações das pessoas privadas de liberdade do Poder Judiciário do Estado do Pará.	55
8.4.2	Implantar plano de trabalho para depuração de inconsistências do BNMP 2.0.	55
8.4.3	Implantar Certidão de Antecedentes Criminais Unificada.	55
8.4.4	Criar Plataforma de integração para utilização dos diversos sistemas da Justiça Criminal (LIBRA, PIE, SEEU, BNMP 2.0, SISTAC, INSPEÇÃO).	56
8.4.5	Regulamentar a aplicação do acordo de não persecução penal (ANPP) no TJPA	56
9	MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA.....	57
9.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	58
9.1.1	Implantar Política de Governança de Contratações.	58
9.1.2	Aperfeiçoar a metodologia de monitoramento das ações e seus reflexos nos indicadores do Planejamento Estratégico.	58
9.1.3	Implantar o Sistema Normativo Administrativo- SINAD-TJPA.	59
9.1.4	Aprimorar a Gestão da Memória e Documental	60
9.1.5	Implantar painel da movimentação funcional	60
9.1.6	Implantar Laboratório de Inovação.....	62
9.1.7	Implementar ações para melhoria da gestão dos precatórios e celeridade na efetivação dos pagamentos.....	62.
9.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: APERFEIÇOAMENTO DA INFRAESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
9.2.1	Aprimorar o Índice de Prioridade de Obras- IPO.	63
9.2.2	Aprimorar procedimentos de manutenção predial.	Erro! Indicador não definido.
9.2.3	Expandir a Segurança Armada para todas as Comarcas do Estado do Pará.....	63
9.3	INICIATIVA ESTRATÉGICA: FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO.....	64
9.3.1	Implantar Núcleo de Justiça 4.0.....	64
9.3.2	Expandir a estrutura Judiciária.	64
9.3.3	Alterar a metodologia do Índice de Ciência de Vara - ICV.....	65
9.3.4	Oferecer consultoria às unidades judiciárias dos 1º e 2º graus de jurisdição.....	65



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

9.3.5	Disponibilizar ferramentas de Business Intelligence-BI para melhor gerenciamento de atividades.....	66
9.4	INICIATIVA ESTRATÉGICA: APRIMORAMENTO DAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS E JURISDICIONAIS.....	66
9.4.1	Reestruturar o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística- DPGE.....	66
9.4.2	Reestruturar a unidade de auditoria interna.	67
9.4.3	Elaborar o Estatuto de Auditoria Interna do PJPA.....	67
9.4.4	Elaborar o Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI).....	67
	Erro! Indicador não definido.	
10	MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
10.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: IMPLANTAÇÃO DE MODELO DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
10.1.1	Implantar o modelo de Gestão por Competência.	Erro! Indicador não definido.
10.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: MELHORIA NOS MÉTODOS E PRÁTICAS ADOTADAS NA GESTÃO DE PESSOAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
10.2.1	Automatizar o processo admissional de magistrados, servidores e estagiários.....	Erro! Indicador não definido.
10.2.2	Aprimorar a lotação paradigma com foco nas Unidades de Processamento Judicial- UPJs e nas equipes multidisciplinares.	69
10.2.3	Aprimorar o sistema de avaliação de desempenho.	69
10.2.4	Implantar processo de desligamento de pessoal.	70
10.2.5	Implantar política de governança e gestão de pessoas.	70
10.2.6	Otimizar o Concurso de Remoção de Servidores.	70
10.3	INICIATIVA ESTRATÉGICA: FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	70
10.3.1	Fomentar melhoria da qualidade da saúde de magistrados e servidores.....	70
10.4	INICIATIVA ESTRATÉGICA: APERFEIÇOAMENTO DA FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES.....	72
10.4.1	Implementar política de sucessão de cargos com foco em liderança.....	72
10.5	INICIATIVA ESTRATÉGICA: PROMOVER POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E MAGISTRADAS, SERVIDORES E SERVIDORAS .	72
10.5.1	Implementar ações para valorização de magistrados(as), servidores(as), em exercício, no âmbito do PJPA.....	72
11	MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	73



11.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE QUALIDADE DOS GASTOS	73
11.1.1 Implementar Sistema de Gestão de Custos.	73
11.1.2 Promover a modernização tecnológica da gestão orçamentaria e financeira.....	75
11.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	76
11.2.1 Aprimorar a gestão da arrecadação.	76
11.2.2 Apoiar a modernização da gestão das Serventias Extrajudiciais	78
12 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS.....	79
12.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: APRIMORAMENTO DO DOMÍNIO DE SERVIÇOS DE TIC	80
12.1.1 Aprimorar soluções de sustentação de infraestrutura de TIC.....	81
12.1.3 Expandir a infraestrutura de telecomunicações.	82
12.1.4 Aprimorar a engenharia e a administração no repositório consolidado de dados.	82
12.1.5 Desenvolver sistema autômato de migração de processos	83
12.1.6 Implementar a solução de Balcão Virtual	83
12.1.7 Aprimorar a videoaudiência.	84
12.1.8 Modernizar o parque tecnológico do TJPAs	84
12.1.9 Desenvolver ferramenta de inteligência artificial de indexação de documentos judiciais-INDIA.....	84
12.1.10 Integrar o TJPAs com o CODEX	85
12.1.11 Integrar o TJPAs com a PDPJ.....	85
12.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: APRIMORAMENTO DO DOMÍNIO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC	85
12.2.1 Aprimorar os artefatos de gerenciamento de serviços TIC.	85
12.2.2 Implantar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do TJPAs.....	86



APRESENTAÇÃO

PLANO DE GESTÃO 2021-2023

O Plano de Gestão consiste no menor detalhamento do planejamento estratégico a ser implementado a cada gestão bienal e dispõe sobre ações, produtos, etapas, prazos e responsáveis. Cada gestão elege prioridades que são transformadas em ações e realizadas durante o biênio.

No Plano de Gestão do biênio 2021-2023 foi alcançado 100% de ações concluídas, foram pactuadas 94 ações e 475 etapas, distribuídas entre magistrados(as) e servidores(as), o que reforça o caráter participativo do Plano, em consonância com o Planejamento Estratégico 2021-2026 e as diretrizes do CNJ relativas à gestão participativa e democrática.

Para avaliação da execução do Plano de Gestão são realizadas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) quadrimestrais. No biênio 2021-2023 foram realizadas 6 reuniões.

O acompanhamento conta com Sistema de Monitoramento de Planejamento (SIMPLAN) e o Painel de Business Intelligenc (BI), que constituem ferramentas centradas no uso da informação como instrumento de gestão e opera de modo a atender as etapas de monitoramento e avaliação, que fazem parte do ciclo do planejamento.



1. EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

1.1 Perspectiva de macrodesafios

A execução por macrodesafio considera a média do grau de execução das ações.

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO 2021-2023 (100%)

Execução por Macrodesafio:

Garantia dos Direitos Fundamentais (100%)



Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade (100%)



Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional (100%)



Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais (100%)



Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos (100%)



Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios (100%)



Promoção da Sustentabilidade (100%)



Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal (100%)



Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária (100%)



Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas (100%)



Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira (100%)



Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados (100%)





1.2 Perspectivas de ações

A execução por ações é avaliada pelo índice de execução do plano de gestão (IEPG), pela proporção entre ações concluídas e o total de ações programadas.

$$\text{IEPG} = \frac{\text{Ações Concluídas}}{\text{Ações Programadas}} * 100$$

$$\text{IEPG} = \frac{94}{94} * 100$$

$$\text{IEPG} = 100\%$$

2. ANÁLISE DAS AÇÕES:

1 MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

COORDENADOR: Homero Lamarão Neto, Juiz de Direito

PERSPECTIVA: SOCIEDADE
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 4
AÇÕES: 7 concluídas
ETAPAS: 28
EXECUÇÃO: 100%

AÇÕES:

- I- Implementar ações que visem à redução da judicialização da saúde
- II- Implementar painel de monitoramento de demandas de saúde
- III- Implementar ações voltadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e adoção
- IV- Realizar articulação interinstitucional entre a Justiça da Infância e Juventude, área infracional, e os demais parceiros do Sistema de Garantia de Direitos



V- Expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente quando vítima ou testemunha de violência

VI- Promover a inclusão social e acessibilidade

VII- Promover ações para fortalecer a participação feminina no PJPA

1.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento de ações destinadas ao enfrentamento da judicialização da saúde

1.1.1 Implementar ações que visem à redução da judicialização da saúde.

RESPONSÁVEL: Homero Lamarão Neto, Juiz de Direito.

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi aprovado e apresentado o painel de monitoramento dos julgamentos relativos às demandas inerentes ao Sistema Único de Saúde – SUS, foi realizada reunião, onde se observou que há necessidade de uniformização de entendimento dos juízes da capital (com competência na área de saúde pública) acerca das providências a tomar em relação aos Temas 6, 500 e 793, a Escola judicial já realizou em 2021, um curso de judicialização da saúde e 3 webinários. Com o julgamento dos recursos nos processos Nº 0012.753-43.2016.814.0040 e Nº 0005.552-63-2017.814.0040, a 1ª Turma de Direito Público firmou posição paradigma na matéria em relação ao TJPA. Foi realizada reunião no dia 23/04/2021 com os juízes da 3ª, 4ª e 5ª vara de Fazenda de Belém e no dia 06/05/2021 com os Juizados da Fazenda Pública de Belém. Foi criada equipe de Saúde Pública no Microsoft Teams para capacitação de magistrados sobre temas relacionados à judicialização da saúde, o primeiro curso (total de oito), na modalidade remota, foi realizado no período de 22 a 25/06/2021, com carga horária de 20H e disponibilização de 40 vagas. No dia 06/08/2021 foi realizado webinário tema 6 do STF. No dia 11/08/2021 foi realizado webinário tema 500 do STF. No dia 18/08/2021 foi realizado webinário tema 793 do STF. Eventos 2022: Colóquio em Saúde Pública - 1º Tema: "O Cenário Atual da Saúde no Estado do Pará"; Colóquio em Saúde Pública - 2º Tema: "Regulação do Acesso à Assistência em Saúde"; Colóquio em Saúde Pública - 3º Tema: "Assistência Farmacêutica no Estado do Pará"; Colóquio em Saúde Pública - 4º



Tema: "O NAT - JUS e as Notas Técnicas". Por fim, foi designada reunião com o MPE para novembro de 2021. DPE e PGE a serem ouvidos em janeiro de 2022.

1.1.2 Implantar painel de monitoramento de demandas de saúde relacionadas ao covid19.

RESPONSÁVEL: Homero Lamarão Neto, Juiz de Direito.

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Painel já está implantado e disponível, inclusive ao público externo. Vídeo institucional já produzido e divulgado para dar ampla publicidade.

1.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente

1.2.1 Implementar ações voltadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e adoção.

RESPONSÁVEL: Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, Juíza de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Para orientação e monitoramento sobre a utilização e correta alimentação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento no 2º ciclo de monitoramento do SNA do ano de 2022, além de encaminhar o Ofício Circular nº 004/2022 e seus anexos a 95 unidades judiciárias com competência em Infância e Juventude da Região Metropolitana de Belém e das Comarcas do Interior, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude - CEIJ, por meio do seu Projeto SNA em Dia, realizou outras ações, quais sejam: Campanha Direito de Viver em família; Informes sobre o Sistema de alerta de cores do SNA e, ainda, está em processo de autorização, para os meses de agosto e outubro de 2022, curso para operação do sistema nacional de adoção e acolhimento. A orientação e apoio às famílias que adotam crianças maiores de dois anos tem sido realizada por meio do Projeto Nós do Afeto. Foram realizadas 12 reuniões,



das 10 que estavam programadas para o período. As reuniões foram virtuais, ocorreram aos sábados. As reuniões constituíram-se em rodas de diálogos com as famílias que adotaram ou estão adotando crianças maiores de 2 anos. Em 11/06/2022 ocorreu o 1º ciclo de formação da equipe Nós do Afeto, cujo tem foi: “ Reflexões sobre Pretendentes a adoção e Crianças e Adolescentes para adoção: encontro de histórias”. Para o Projeto Rede em Ação foram realizadas sete reuniões. Essa edição do Projeto efetivou reuniões sistemáticas sobre o Provimento nº 003/2019 - CJRMB/CJCI/CEIJ, sobre preparação de crianças maiores e adolescentes para adoção. Nas reuniões, também foram debatidas as Orientações Básicas de preparação de crianças para adoção, de elaboração da CEIJ. As reuniões setORIZADAS, com grupos menores de servidores de equipes interprofissionais e profissionais de serviços de acolhimento, permite que o grupo estabeleça um diálogo mais próximo com a CEIJ, facilitando o esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de experiências que podem aperfeiçoar práticas profissionais. Foi elaborado projeto sobre o SNA para a sistematização do monitoramento e orientações a magistrados(as) e servidores(as). Ficou definido que o monitoramento será realizado em ciclos. O primeiro ciclo de monitoramento foi realizado de fevereiro a abril do corrente, em que 74 comarcas apresentaram inconsistências no preenchimento do SNA. A CEIJ orientou cada uma das comarcas a proceder o ajuste necessário. Os relatórios do primeiro e segundo ciclo de monitoramento já foram elaborados. O relatório do terceiro ciclo de orientação e monitoramento foi elaborado.

A 2ª Edição do Projeto Rede em Ação foi concluída e validada. Esta Edição tratou do tema Programa de Apadrinhamento Afetivo Conta Comigo e ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2021, onde foram realizadas 5 Rodas de conversas on-line com especialistas na temática de apadrinhamento afetivo. A Campanha de orientação sobre entrega voluntária de crianças para adoção foi iniciada e divulgada.

1.2.2 Realizar articulação interinstitucional entre a Justiça da Infância e Juventude, área infracional, e os demais parceiros do Sistema de Garantia de Direitos.

RESPONSÁVEL: Vanderley de Oliveira Silva, Juiz de Direito

(Concluída) ✓



DESEMPENHO: Conhecimento e divulgação da Resolução nº 77/2009, com alterações pela Resolução nº 326/2020, junto aos magistrados(as) da infância. A CEIJ participou de grupo de trabalho interinstitucional que elaborou a proposta de aprimoramento da Central de Vagas da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará - FASEPA. Em 17/03/2022 foi realizada reunião com o presidente da FASEPA e os representantes do Sistema de Justiça acerca da Central de Vagas para a revisão da minuta de Portaria que redefine a Central de Vagas. Para o desenvolvimento de metodologia de acompanhamento do Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós- Cumprimento de Medida Socioeducativa, houve participação em grupo de trabalho interinstitucional para a elaboração da proposta. Também, reunião da Comissão Interinstitucional do SINASE visando a definição do programa no âmbito da FASEPA com base nas normativas do CNJ. Articulação com o Sistema "S" para cursos profissionalizantes dos socioeducandos em cumprimento de medidas em meio fechado e aberto (SENAC E SENAI). Foi realizada ação social, em 25/03/2022, no âmbito do PERNOH - Programa Escrevendo e Reescrevendo a Nossa História. Articulação com atores do Sistema de Garantia de Direito-SGD em prol da efetivação do monitoramento dos casos e óbitos por Covid-19 no sistema socioeducativo. Realização de 10 reuniões quinzenais do Comitê Covid19 - Socioeducativo e encaminhamento de 10 planilhas quinzenais com dados do monitoramento da Covid19 no sistema socioeducativo local, ao CNJ.

1.2.3 Expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente quando vítima ou testemunha de violência.

RESPONSÁVEL: Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, Juíza de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foram concluídas duas turmas de formação inicial de entrevistadores em depoimento especial nos meses de novembro e dezembro de 2021. Foram concluintes 36 servidores. Quanto à cessão dos conteúdos do curso nacional online de formação no novo protocolo brasileiro de entrevista forense para ser replicado no Pará, o CNJ não cedeu os conteúdos, mas abriu



nova turma de formação, para todo o Brasil (entre outubro e dezembro de 2021), e disponibilizou 5 vagas para o Pará, as quais foram preenchidas por magistrada e servidoras indicadas. Para aquisição e distribuição de mobiliários necessários à coleta do depoimento especial de crianças e adolescentes, foram tratadas as variáveis que influenciam na gradual implementação do projeto, tais como: recursos materiais e tecnológicos, disponibilização e adequação de ambientes, treinamento de recursos humanos, etc. No momento existem 34 salas de depoimento especial nas comarcas do estado, cujo mobiliário já foi entregue, restando apenas 5 destas com previsão de entrega do mobiliário para Julho de 2022. Na estruturação tecnológica dos espaços, no momento existem 22 Notebooks designados e não entregues para o atendimento da demanda o que fará a cobertura de 100% do planejado. Foram criados o Layout da sala de depoimento especial, Layout da sala de audiências e orientações de operação do Entrevistador e do Secretário de audiências. Na estruturação física dos espaços para a colheita de depoimento especial há previsão de instalação para os novos fóruns em construção (programação de Dezembro de 2022 a Janeiro de 2023) para as Comarcas de Salinópolis, Xinguara, Concórdia do Pará e Santo Antônio do Tauá.

1.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Promoção do respeito e valorização da diversidade humana, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva

1.3.1 Promover a inclusão social e acessibilidade.

RESPONSÁVEL: Antônio Carlos Sampaio Martins de Barros Júnior, Chefe do Serviço de Acompanhamento de Estágios

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: No que se refere à disponibilização de especialista em Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS, a contratação foi realizada permitindo o acesso adequado de pessoas surdas à justiça. Para realização de cursos e outras atividades formativas, relativas às pessoas com deficiência, foi realizada reunião para tratar sobre docentes e conteúdo e curso de introdução a Libras e webinar “Inclusão das Pessoas com Deficiência: A importância das políticas públicas”. Já estão programados mais 3 cursos e 1 webinar para 2022. A etapa



remoção de barreiras foi concluída e validada por meio de intervenções físicas realizadas nos imóveis judiciais do TJPA, voltadas a promoção da acessibilidade.

1.4 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento de políticas voltadas à afirmação da igualdade de gênero

1.4.1. Promover ações para fortalecer a participação feminina no PJPA

RESPONSÁVEL: Reijane Ferreira de Oliveira, juíza de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Para fins de dar visibilidade e acompanhamento da participação feminina no Poder Judiciário do Estado do Pará, o Comitê de Participação Feminina elaborou um diagnóstico para identificação da distribuição da força de trabalho, por gênero feminino e masculino, dentre magistrados, magistradas, servidores e servidoras. Além disso, em parceria com o Comitê de Participação Feminina, foram desenvolvidos Painéis de Business Intelligenc (BI), em que são demonstrados os quantitativos de Magistrados(as), Servidores(as) e Estagiários(as), por sexo e também distribuição por cargo/função.

2 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Coordenador: Adil Bahia da Silva Rezende, Diretor do Departamento de Comunicação.

PERSPECTIVA: Sociedade

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 02

AÇÕES: 5 concluídas

ETAPAS: 23

EXECUÇÃO: 100%

AÇÕES:

I- Intensificar os canais de comunicação com a sociedade



- II- Aprimorar a Comunicação Interna e Externa
- III- Fortalecer a comunicação interinstitucional com a Defensoria Pública e o Ministério Público
- IV- Instituir a Ouvidoria da Mulher
- V- Implantar Ponto de Inclusão Digital (PID)

2.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento da comunicação interna e externa

2.1.1 Intensificar os canais de comunicação com a sociedade.

RESPONSÁVEL: Will Montenegro Teixeira, Coordenador de Imprensa

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Matérias jornalísticas publicadas nos veículos de comunicação: fevereiro: 147; Março: 178; Abril: 130; Maio: 246; Junho: 205; Julho: 129; Agosto: 157; Setembro:107; Outubro:154; Novembro:164; Dezembro: 158. Total: 1.035. Produção audiovisual e campanha de divulgação dos serviços do TJ/PA por meio das redes sociais. Ano 2021: janeiro: 21; fevereiro: 19; Março: 25; Abril: 21; Maio: 21; Junho:22; Julho: 22; Agosto: 31; Setembro:27; Outubro: 28; Novembro:20; Dezembro: 23. Ano 2022: janeiro: 20. Total: 300. Material de vídeos e peças digitais produzidos: vídeos: 182; peças digitais: 488. Total 670. Quanto à divulgação do funcionamento do Judiciário por meio de peças de fácil assimilação nas redes sociais, foram criadas peças digitais para a Web. Quanto ao monitoramento e interação com os canais de comunicação do sistema de justiça: No mês de março, foi encaminhado diariamente o boletim Notícias do TJPA por e-mail às assessorias do Ministério Público do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, e Defensoria Pública do Estado. Ao todo, foram contabilizadas 88 matérias jornalísticas enviadas via boletins. Quanto ao monitoramento das atividades dos referidos órgãos, assim especifica-se: MPPA Notícias - 116 matérias, sendo 35 referentes a ajuizamentos, manifestações em ações e liminares concedidas pela Justiça. Twitter - 101 twites, sendo 37 relativos a ajuizamentos de ações e decisões judiciais Instagram – 43 publicações, sendo quatro sobre decisões e



ajuizamentos de ações Facebook – 41 posts sendo quatro referentes a ajuizamentos de ações e decisões DPE Notícias – 32 notícias, sendo oito referentes à decisões judiciais Twitter - 33 tuites – sendo duas relativas à decisões judiciais Instagram – 68 publicações, sendo 12 relativas a decisões judiciais Facebook – 64 posts sendo, 12 relativas a decisões judiciais OAB Notícias - 29 notícias, sendo três referentes ao Judiciário estadual e ao STF. Twitter - 110 tuites, sendo oito referentes ao Judiciário estadual e duas ao STF sobre decisões e ajuizamentos de ações. Instagram – 60 publicações, seis sobre a justiça Facebook – 62 posts, sendo quatro referentes ao TJ e uma ao STF.

2.1.2 Aprimorar a comunicação interna e externa

RESPONSÁVEL: Will Montenegro Teixeira, Coordenador de Imprensa

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Quanto à elaboração da Política de comunicação do TJ/PA foi feita a minuta da resolução que se constitui de documento norteador das diretrizes de Comunicação Institucional do Poder Judiciário do Estado do Pará. No que diz respeito ao fomento da participação de magistrados e servidores na lista de transmissão do Whatsapp e canal de divulgação de notícias, Foram mapeadas as unidades as quais ainda não tinham magistrados e/ou servidores inclusos na Lista de Transmissão; Após mapeamento, foram elaboradas estratégias para participação, como envio de e-mail, convite e contato; Realização de compartilhamento de procedimentos em diferentes áreas do Judiciário, especialmente na digitalização e baixa processual; Manutenção de contatos para ampliação da Lista com magistrados e servidores; Utilização de peças para mídia indoor direcionadas ao público interno. Quanto à proposição à EJPA de participação da Coordenadoria de imprensa na formação inicial dos magistrados, no dia 30 de março de 2021, foi encaminhado expediente (PA-MEM-2021/11206) que verifica a possibilidade de espaço virtual na programação de formação dos magistrados em curso, para expor o funcionamento e as ferramentas de comunicação do TJPA e para ministrar uma oficina de mídia training. No dia 23 de abril de 2021, foi encaminhado expediente



(PA-MEM-2021/14097), com projeto de capacitação em mídia, destinado a magistrados, em especial aos novos juízes que, após empossados, entram em fase de treinamento para início das funções, destinando essa disponibilidade a complementar o currículo de formação e orientação. Quanto à atualização do guia de orientação aos magistrados sobre relacionamento com a imprensa, houve revisão dos materiais já editados e publicados e, também, coleta de informações para a devida atualização. Quanto a realização de webinar/seminário com mídia training, o curso foi agendado para agosto de 2022. Por fim, ocorreu o Desenvolvimento de campanha de comunicação com o mote "Você Faz O Judiciário". A campanha foi elaborada a partir de uma ideia criativa de várias mãos juntas para alcançar os objetivos institucionais propostos.

2.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento das relações interinstitucionais

2.2.1 Fortalecer a comunicação interinstitucional com a Defensoria Pública e o Ministério Público.

RESPONSÁVEL: Daniel Ribeiro Dacier Lobato, Juiz de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Proposição de grupo de trabalho interinstitucional (MP, DP e TJPA) para melhoria da prestação jurisdicional (etapa concluída e validada) com relatório elaborado. Quanto às tratativas com o grupo de trabalho interinstitucional para identificação dos pontos de estrangulamento da prestação jurisdicional, foi realizada reunião com MP e DP em 29/06/2021 definindo-se em ata tarefas a cumprir.

PRINCIPAIS PONTOS ABORDADOS:

- Necessidade de presença de representante dos órgãos componentes do grupo de trabalho nas comarcas do interior;
- Situação das salas funcionais cedidas para utilização do MP e DP;

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:

- Encaminhamento de solicitação à Defensoria Pública para levantar a possibilidade de realização de atendimento nas comarcas que não tiverem defensor lotado através de regime de itinerância e pauta concentrada de audiências.



2.2.2 Instituir a ouvidoria da mulher

RESPONSÁVEL: Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: consulta à Ouvidoria da Mulher do CNJ sobre atos normativos e forma de funcionamento. Levantamento nos sites dos Tribunais para verificar quais já possuem a Ouvidoria da Mulher instalada. Reunião com as servidoras da Ouvidoria do TRE e do Ministério Público para saber sobre ato normativo, composição e funcionamento das ouvidorias. Visita à Ouvidoria do TRE para verificar o funcionamento da Ouvidoria da Mulher.

2.2.3 Implantar Ponto de Inclusão Digital (PID)

RESPONSÁVEL: João Valério de Moura Júnior, Juiz de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: O município de Abel Figueiredo é o primeiro a receber um Ponto de Inclusão Digital (PID), com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços do Judiciário paraense para comunidades que se encontram distantes dos Fóruns de suas Comarcas. A instalação ocorreu no dia 11/11/22. A instalação do PID de Abel Figueiredo é a concretização do projeto Justiça sem Fronteiras, fruto do trabalho desenvolvido pelo Laboratório de Inovação do Poder Judiciário do Pará Pai d'égua. O projeto Justiça sem Fronteiras torna realidade, por meio do PID, a disponibilização de um espaço acessível e humanizado, no qual a população conta com conforto para participar de atos processuais, assim como para obtenção de informações processuais em localidade na qual não há Fórum.

3 MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Coordenadora: Kédima Pacifico Lyra, Desembargadora

PERSPECTIVA: Processos Internos

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 4

AÇÕES: 9 concluídas



ETAPAS: 54
EXECUÇÃO: 100%

Ações:

- I-Ampliar o processo de digitalização e virtualização
- II-Ampliar a instalação de UPJs no 1º grau de jurisdição
- III-Reorganizar Unidades Judiciárias
- IV-Implantar UPJs Cível e Criminal em Santarém
- V-Implantar UPJ das Varas de Execução Fiscal
- VI-Padronizar rotinas de trabalho nas unidades judiciárias
- VII-Implantar o Juízo 100% Digital
- VIII-Estimular a elevação do piso das execuções fiscais
- IX- Aprimorar os grupos de trabalho de apoio às unidades judiciárias

3.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento de rotinas e procedimentos do processo judicial eletrônico

3.1.1 Ampliar o processo de digitalização e virtualização.

RESPONSÁVEL: André Monteiro Gomes, Juiz de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi elaborado Projeto de ampliação e remetido para Presidência para considerações e validação, também foi laborada minuta de portaria de atualização do Sistema de Digitalização Virtualização; e encaminhada à Presidência para validação e publicação. Para reorganização do espaço físico para a ampliação das centrais de digitalização, a Central de Digitalização do 1º Grau - Fórum Cível foi transferida para um espaço com área ampliada e instalações adequadas as suas necessidades no imóvel, sito Av. Pedro Miranda. Com isso, a Central de Digitalização do 2º Grau teve seu espaço ampliado e readequado nas instalações do Prédio Sede. A Central de Digitalização do 1º Grau - Fórum Criminal foi instalada para funcionamento temporário no auditório Des. Wilson Marques. Foram selecionados 10



estagiários pela SGP para lotação na Central de Digitalização da Pedreira para incrementar a equipe de migração, tendo sido realizado treinamento da equipe para trabalhar na indexação de arquivos digitais para inserção na pasta zipada do migrador 4.0. A fim de elaborar estudos de viabilidade para implantação de novas centrais de digitalização, foi feito o levantamento do quantitativo de processos, média de processos migrados pelas centrais e unidades judiciárias e do prazo para conclusão do objetivo, após o diagnóstico terá que ser levantada a viabilidade orçamentária. Foi apresentado relatório circunstanciado a respeito do funcionamento das Centrais de Digitalização existentes, onde se apontou a necessidade da adoção de medidas estratégicas para acelerar a digitalização e virtualização de processos no Estado do Pará. Entretanto, tais medidas, não indicam a instalação de novas centrais propriamente dita, mas da intensificação de parcerias com entes público e privado, o remanejamento de scanners das unidades que atingiram o Icele de 100% para aquelas que ainda estão no processo de digitalização. Do remanejamento de processos físicos entre unidades judiciárias e as Centrais de Digitalização já existentes e a distribuição de insumos para as unidades judiciárias com Icele abaixo de 50% e foi apresentada sugestão para criação de equipes volantes e da formação de equipe de migração permanente como medida adicionais à finalização da digitalização, ainda em análise pela Presidência. Também foram realizados estudos e levantamentos, além da elaboração de minuta de portaria contendo proposta de termo de compromisso de gestão para a elaboração de plano de gestão compartilhada com as unidades judiciárias para a digitalização de processos. Ainda, foram realizadas 07 parcerias no período de abril a junho de 2021 com os municípios de: Altamira, Barcarena, Medicilândia, São Félix do Xingu, Tucuruí e Vitória do Xingu e 01 com a OAB de Barcarena para a digitalização de processos físicos. A evolução da digitalização no exercício de 2022 está assim demonstrada:

janeiro:23.039; fevereiro:29.203; março:37.854. De janeiro a março foram migrados ao sistema PJe o montante de 90.096 processos físicos, totalizando até 30/03/2022 o quantitativo de 386.258 processos migrados. Restam pendentes de migração 195.813 casos pendentes físicos; contando o TJPA com 82,29% de Icele.



3.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Otimização da estrutura judiciária

3.2.1 Ampliar a instalação de UPJs no 1º grau de jurisdição

RESPONSÁVEL: Alice Viana Soares Monteiro, Analista Judiciário

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi feito o diagnóstico das Varas Cíveis e Empresariais, realizada a elaboração de Projeto contendo a modelagem das 3 UPJs validados com a Presidente e Magistrados das Varas Cíveis e Empresariais. Instalação de UPJs Cíveis e Empresariais em espaço adequado e equipado, conforme abaixo:

- UPJ 1: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis e Empresariais.
- UPJ 2: 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Varas Cíveis e Empresariais.
- UPJ 3: 12ª, 13ª, 14ª e 15ª Varas Cíveis e Empresariais.

Foi realizado levantamento dos fluxos e macro processos de trabalho das 3 UPJs das Varas Cíveis e Empresariais; elaboração e publicação no site do Tribunal dos 3 Guias de Rotinas e procedimentos das UPJs; elaboração de padronização de fluxos e rotinas de trabalho das Unidades Judiciárias no Sway. office; também foi feita a unificação dos sistemas Libra, PJe, malote digital, Thema, para a 1 UPJ (1 a 5ª) e 2 UPJ (7,8,9,10,11) e 3 UPJ (12,13,14 e 15) Secretarias das VCE, além da realização de Oficinas em Gestão de UPJ; Novos processos de trabalho; gestão de atendimento; unificação dos Sistemas de TI, Fluxos e Processos de trabalho, Disponibilização de ferramenta produtividade de diagnóstico gerencial das UPJs, tanto no aspecto processual (indicadores de produtividade), disposto no Painel de Gestão Judiciária 1G, quanto no aspecto individualizado por servidor, disponível no painel de Gestão de Atividades. Em ambos os painéis, foram viabilizadas visualizações das UPJs atualmente existentes e Atualização do Projeto; Adequação do Espaço Físico; Realização do Diagnóstico; Definição da Modelagem Organizacional, Mudança da 1ª e 2ª UPJs das Varas Cíveis e Empresariais; Reorganização do acervo de 45.000,00 processos físicos das 3 UPJ em fase de implantação; realização de 06 Oficinas de Capacitação nas 3 UPJ; Elaboração de 3 Guias de Rotinas e Procedimentos; Elaboração de 3 Portarias de Implantação e 3 Portarias de Designação das equipes.



3.2.2 Reorganizar Unidades Judiciárias

RESPONSÁVEL: Carlos Marcio de Melo Queiroz, Juiz de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi elaborado estudo técnico sobre a reorganização das unidades judiciárias do Estado do Pará.

3.2.3 Implantar UPJs Cível e Criminal em Santarém

RESPONSÁVEL: Jonas Pedroso Libório Vieira, Secretário Judiciário

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Reorganização do espaço físico destinado à montagem das estações de trabalho das UPJs Cível e Criminal de Santarém. Construção de um guia prático, com informações sobre o modelo UPJ, sobre a estrutura das UPJs instaladas, distribuição das atribuições entre os Núcleos da unidade, assim como criação de um sistema de gerenciamento de processos eletrônicos por etiquetas.

Foi realizado o diagnóstico das unidades judiciais de Santarém, para subsidiar o plano de trabalho das UPJs. Foi realizado a lotação dos servidores em todas as unidades judiciais criminal e cível para a formação das UPJs Criminal e Cível da comarca de Santarém. Criado ainda o Balcão virtual, E-MAIL das subdivisões chamado núcleos de atendimento, movimentação e cumprimento. Por fim, foi criado acesso ao LIBRA para consulta dos processos arquivados e criado os setores no MENTORH para encaminhamento de SIGADOC. Foram realizadas oficinas de trabalho com a equipe de Santarém, a fim de facilitar o entendimento acerca do funcionamento das UPJs.

3.2.4 Implantar UPJ das Varas de Execução Fiscal

RESPONSÁVEL: Jonas Pedroso Libório Vieira, Secretário Judiciário

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Readequação dos espaços para instalação da UPJ de Execução Fiscal. Elaboração de guia prático de rotinas e procedimentos da execução fiscal,



no universo de uma UPJ. Foi feita criação do e-mail geral da UPJ e dos núcleos de atendimento, movimentação e cumprimento; Foi criada a nova unidade (UPJ Execução fiscal de Belém) no Malote digital. Após a baixa dos documentos, os antigos de cada vara foram inativados; Foi criado novo canal do balcão virtual para realização de atendimentos dos jurisdicionados;

Por fim, foi feito o cadastramento do chefe do núcleo de atendimento ao sistema LIBRA e realizadas oficinas de capacitação com a equipe das varas de execução fiscal.

3.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento da gestão de unidades judiciárias

3.3.1 Padronizar rotinas de trabalho nas unidades judiciárias

RESPONSÁVEL: Marcus Alan de Melo Gomes, Juiz de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foram realizadas 4 reuniões de trabalho *on line* com os membros do grupo, para discussão do conteúdo dos manuais de rotinas e exame das estratégias para revisão e atualização, foi feito contato com servidores de secretaria que foram agregados ao grupo como colaboradores, elaboração das primeiras minutas, em formato de fluxogramas, para atualização dos manuais, além do mapeamento de fluxos processuais e padronização de rotinas tanto no PJe quanto eventualmente para processos físicos, foi elaborado curso de capacitação destinado a servidores e magistrados para emprego das agendas de fluxos de rotina, foram definidos os tutores, e foi encaminhado o projeto do curso à Escola Judicial do TJPA, também foram disponibilizados os cursos: Atualização de Rotinas Cíveis, Atualização em Rotinas Criminais, Atualização em Rotinas nos Juizados, Atualização de Rotinas Varas Únicas e Otimização e Padronização de rotinas de gabinetes.

3.3.2 Implantar o Juízo 100% Digital



RESPONSÁVEL: Caio Marco Berardo, Juiz de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi formado o grupo, editada a Portaria 956/2021, foi produzida nota técnica sobre o estudo de viabilidade técnica para armazenamento de audiências, realizado contatado com Magistrados das unidades participantes, foram iniciados procedimentos nas Unidades selecionadas. Juizados da Fazenda de Belém, 1 e 2 Juizados Cível e Criminal de Marabá, Juizado Cível e Criminal de Redenção, 1 Vara Cível de Redenção e Vara Criminal de Tucuruí, foi feita elaboração da minuta, após a publicação da portaria está sendo realizado o acompanhamento manualmente dos casos, foram escolhidas as unidades: 1) Vara Criminal de Tucuruí; 2) 1º e 2º Juizado de Marabá; 3) Juizado de Redenção e 2º Juizado da Fazenda de Belém.

3.4 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implementação de medidas visando à redução do acervo de unidades judiciárias congestionadas

3.4.1 Estimular a elevação do piso das execuções fiscais.

RESPONSÁVEL: Kédima Pacífico Lyra, Juíza de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foram elaborados relatório contendo o acervo de execução fiscal municipal por comarca e unidade judiciária e relatório que permite a visualização dos maiores acervos de execução fiscal municipal, tanto por comarca quanto por unidade judiciária. Foi realizada reunião com os Juizes das varas das comarcas da Região Metropolitana de Belém com maior acervo de execução fiscal municipal, realizada no dia 18 de março de 2021, por meio de videoconferência, também, foram realizadas reuniões com os prefeitos e procuradores-gerais dos Municípios da Região Metropolitana de Belém em que estão as varas com maior acervo de execução fiscal municipal, nos dias 25 e 30 de março de 2021, por meio de videoconferência.

3.4.2 Aprimorar os grupos de trabalho de apoio às unidades judiciárias



RESPONSÁVEL: Lucas do Carmo de Jesus, Juiz de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi criado grupo de trabalho por meio da Portaria 958/2021; foi construída tabela com 80 unidades consideradas críticas, com informações de acervo e produtividade; foi publicada a Portaria 1705/2021, de 13/05/2021, que estabeleceu o Programa de Incremento de Baixa Processual nas unidades judiciárias de primeiro grau e o Grupo de Auxílio e Monitoramento para o biênio 2021-2023, e Portaria 2915/2021, de 31/08/2021 que nomeou o magistrado coordenador-geral e os servidores que atuaram no monitoramento e na orientação-geral do Programa de Incremento de Baixa Processual (PIB) e do Grupo de Apoio e Monitoramento (GAM). Para formação de grupos de auxílio foi publicada a Portaria nº 3368/2021, de 01/10/2021, que designou os juízes de direito e os(as) servidores(as) integrantes do Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS) do primeiro grau, regulamentado na Portaria nº1787/2021-GP. Para a etapa execução do cronograma de trabalho dos grupos de auxílio às unidades judiciárias, o GAS foi dividido em 3 subgrupos, dois deles com 1 magistrado e dois servidores(as) e o terceiro, com 1 magistrado e 1 servidor. A própria equipe do GAS monta o cronograma de atuação que é divulgado no diário de justiça eletrônico. No final de 2021, com a publicação da Portaria nº 4060, o GAS passou a contar com mais 1 magistrado, totalizando quatro. Em 06/04/2022, a etapa perdeu o objetivo em virtude da publicação da Portaria nº 1129/2022-GP uma vez que institui o Núcleo de Justiça 4.0 – Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS) do 1º Grau, para atuar em apoio a unidades judiciárias do 1º grau de jurisdição, em conformidade com as diretrizes fixadas pelas Resoluções nº 385/2021 e nº 398/2021, do CNJ, e pela Resolução nº 21/2021, do TJ/PA. O Núcleo de Justiça 4.0 é setor responsável por gerir a sua própria atuação. O Departamento ainda continua dando apoio ao Núcleo e acompanhando a produtividade, mas sem ingerência no cronograma. No que se refere ao monitoramento da execução do cronograma de trabalho dos grupos de auxílio às unidades judiciária, o 5º Relatório com os resultados do PIB até maio de 2022 traz a média da evolução das baixas dos últimos 4 meses, que é de



32.224 baixas, ficando evidente o grande potencial do Núcleo de Justiça 4.0 GAS 1º Grau.

4 MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS.

COORDENADOR: Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

PERSPECTIVA: Processos Internos

INICIATIVA ESTRATÉGICA: 1

AÇÕES: 2 concluídas

ETAPAS: 11

EXECUÇÃO: 100%

Ações:

- I- Aprimorar a atuação no julgamento dos processos da Meta 4 do CNJ
- II-Digitalizar e migrar para o PJE os processos cíveis e penais da Meta 4 do CNJ – 2021/2022, das unidades judiciárias da capital, da RMB e do interior

4.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoamento das políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa

4.1.1 Aprimorar a atuação no julgamento dos processos da Meta 4 do CNJ.

RESPONSÁVEL: Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi encaminhado à Dra. Mônica Fonseca, no dia 01/03/21, lista com 2.250 ações cíveis e criminais pendentes de julgamento para fins de Meta 4; foi desenvolvido um painel de controle da Meta 4; foi publicada a Portaria nº 1402/2021-GP, de 12/04/2021, prevendo a composição e atuação do grupo de auxílio remoto. Para a operacionalização do cumprimento da Meta 4 de processos distribuídos até 31/12/2017, foi realizada reunião, pelo Desembargador José Roberto Pinheiro Maia B. Jr., Coordenador do



Macrodesafio, com os juízes do GAR, em 15.04.2021, com estabelecimento das diretrizes de trabalho, para o cumprimento da Meta 4. Expedido ofício circular, pelo Desembargador Coordenador do Macrodesafio, a todos os juízes das unidades judiciárias do Estado, solicitando o encaminhamento dos processos da meta 4, para digitalização/migração para o PJe. Ainda, encaminhamento de processos cíveis e criminais às Centrais de Digitalização, para migração para o PJe. Haviam sido digitalizados 504 processos da meta 4, que foram distribuídos para os juízes do GAR pela Juíza coordenadora, em abril de 2021. Em maio de 2021, foram recebidos, pela Coordenação do Grupo de Auxílio, 356 processos de unidades do interior, para digitalização/migração. Foram digitalizados, em maio de 2021, pela Central de Digitalização, 138 processos da meta; em junho de 2021, foram recebidos, pela Coordenação do Grupo de Auxílio, 186 processos de unidades do interior e da capital, para digitalização/migração. Foram enviados para a Central da Pedreira, pela Coordenação do GAR, 286 (duzentos e oitenta e seis) feitos meta 4, tendo sido digitalizados, em junho de 2021, pela Central de Digitalização, 159 (cento e cinquenta e nove) processos da meta; foram distribuídos para os juízes do GAR, pela Coordenação do Grupo de Auxílio, 153 (cento e cinquenta e três) processos meta 4. Com relação à produtividade do GAR, em junho de 2021, foram sentenciados 50 (cinquenta) processos, e foram proferidas 46 (quarenta e seis) decisões interlocutórias, 62 (sessenta e dois) despachos, totalizando 158 (cento e cinquenta e oito) processos movimentados pelo Grupo; em julho de 2021, foram distribuídos, pela Coordenação do GAR para os juízes integrante do Grupo, 185 (cento e oitenta e cinco) processos; foram enviados para a Central, pela coordenação do GAR, 92 processos, para digitalização e migração; foram sentenciados pelos juízes do GAR 68 processos da meta 4, e foram proferidas 44 decisões interlocutórias e 80 despachos, tendo sido movimentados 192 feitos da meta. No mês de agosto de 2021 foram distribuídos, pela Coordenação do Grupo de Auxílio Remoto, 277 (duzentos e setenta e sete) processos Meta 4. Foram recebidos pela Coordenação do GAR 24 (vinte e quatro) processos físicos da meta 4 de unidades judiciárias, para digitalização e migração. Foram enviados à Central de Digitalização 34 (trinta e quatro) processos, para serem digitalizados e migrados para o PJE. Foram digitalizados pela Central da Pedreira (Sede) e migrados para o PJE 156 (cento e cinquenta e seis) processos da Meta 4. Os juízes do GAR



movimentaram 269 (duzentos e sessenta e nove) processos Meta 4, tendo proferido 64 (sessenta e quatro) sentenças, 64 (sessenta e quatro) decisões interlocutórias e 141 (cento e quarenta e um) despachos. No mês de setembro/2021, foram recebidos, pela Coordenação do GAR, 60 processos físicos, oriundos de unidades do Estado, e foram encaminhados pela Coordenação à Central de Digitalização 51 processos. Foram distribuídos, pela Coordenação do Grupo de Auxílio Remoto, 59 (cinquenta e nove) processos a Juízes do Grupo. Foram proferidas, pelos Juízes do GAR, 64 (sessenta e quatro) sentenças em feitos Meta 4 e 71 (setenta e uma) decisões interlocutórias, bem como foram proferidos 88 (oitenta e oito) despachos, com impulsionamento de 223 (duzentos e vinte e três) processos da meta 4. No geral, foram proferidas, em setembro de 2021, 116 (cento e dezesseis) sentenças, considerando também as prolatadas por juízes das Varas. Foi alcançado percentual acima do estabelecido para a Meta 4, restando cumprida a Meta 4 em dezembro de 2021 com relação aos processos distribuídos até 2017. Em 13/12/2021, foi alcançado grau de julgamento de 72,74% e grau de cumprimento 103,91%. Pela primeira vez, a meta 4 foi cumprida pelo TJPA. No que se refere à operacionalização do cumprimento da Meta 4 de processos distribuídos até 31/12/2019, foram distribuídos 66 (sessenta e seis) processos de 2018 pela Coordenação do Grupo de Auxílio Remoto para os juízes do GAR. Distribuídos, pela Coordenação do GAR, aos juízes do Grupo de Auxílio, em janeiro e fevereiro de 2022, o total de 348 (trezentos e quarenta e oito) processos Meta 4 - PJE, de 2018, tendo sido distribuídos, em janeiro/2022, 88 (oitenta e oito) processos também de outros anos e 476 (quatrocentos e setenta e seis), em fevereiro/2022. Foram julgados pelos juízes do GAR, 40 (quarenta) processos Meta 4 em janeiro/2022 e 49 (quarenta e nove) em fevereiro de 2022. Em março/2022, foram julgados 44 (quarenta e quatro) processos pelos juízes do Núcleo 4.0, despachados 89 (oitenta e nove) e 32 (trinta e duas) decisões, no total de 165 (cento e sessenta e cinco) processos movimentados. Em abril/2022, foram julgados 48 processos meta 4 pelos Núcleo 4.0, e houve 48 decisões e 92 despachos, no total de 188 feitos movimentados. Em maio/2022, foram julgados 68 processos pelo Núcleo, e foram proferidas 17 decisões e 77 despachos, totalizando 162 feitos movimentados.



Quanto à avaliação dos resultados a Juíza coordenadora do GAR distribuiu aos juízes do Grupo de Auxílio, em 14/04/2021, 504 (quinhentos e quatro) processos da meta 4 (ajuizados até 31.12.2017), tendo sido sentenciados pelos magistrados 37 (trinta e sete) feitos da meta, no mês de abril, e movimentados 140 (cento e quarenta) processos. Distribuídos, em maio de 2021, pela Juíza coordenadora do GAR, 99 processos da meta 4 para os juízes integrantes do Grupo de Auxílio, tendo sido julgados por eles 49 (quarenta e nove) feitos da meta, no referido mês; em junho de 2021, foram sentenciados 50 processos da meta 4 pelos juízes do GAR, e proferidas 46 decisões interlocutórias e 62 despachos, tendo sido movimentados 158 processos da meta; distribuídos, em julho de 2021, pela Juíza coordenadora do GAR, 185 processos meta 4 para os juízes do Grupo. Foram proferidas 68 sentenças, 44 decisões interlocutórias e 80 despachos, tendo sido movimentados 192 processos pelos juízes integrantes do Grupo de Auxílio; distribuídos, pela Juíza Coordenadora do Grupo de Auxílio Remoto no mês de agosto de 2021, 277 (duzentos e setenta e sete) processos Meta 4. Foram movimentados, pelos juízes do GAR, no mês de agosto/2021, 269 (duzentos e sessenta e nove) processos da meta 4, proferidas 64 (sessenta e quatro) sentenças e 64 (sessenta e quatro) decisões interlocutórias, além de 141 (cento e quarenta e um) despachos. Em setembro de 2021, foram distribuídos, pela Juíza Coordenadora do GAR, 59 processos meta 4, para juízes integrantes do Grupo de Auxílio. Foram movimentados 223 processos pelos juízes do GAR, que proferiram 64 sentenças, 71 decisões interlocutórias e 88 despachos, no mês em referência. A Juíza coordenadora do GAR distribuiu para os juízes no mês de outubro de 2021, 206 (duzentos e seis) processos Meta 4. Foram proferidas, em outubro de 2021, 70 (setenta) processos da meta 4, 180 decisões interlocutórias e 161 despachos prolatados, totalizando 411 feitos da referida Meta movimentados no mês em referência. Distribuídos aos juízes do GAR, em janeiro de 2022, 88 (oitenta e oito) processos Meta 4. Em janeiro de 2022, os juízes do GAR julgaram 40 processos, e proferiram 22 decisões interlocutórias e 26 despachos, tendo movimentado 88 feitos meta 4.

As unidades da RMB que cumpriram a Meta 4: 13 (treze) mais Juizados Especiais cíveis e criminais. As varas de juizados do interior e de Belém e RMB também cumpriram a meta 4. Belém: 1)9ª Vara criminal; 2) 10ª Vara criminal; 3) 1ª Vara criminal; 4) 12ª Vara criminal; 5)13ª Vara criminal; 6)7ª Vara



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

criminal; 7)2ª Vara de crimes contra crianças e adolescentes; 8)3ª Vara de Violência doméstica e familiar contra a mulher; Varas Distritais: Icoaraci: 1) 1ª Vara criminal; 2) 2ª Vara criminal. Ananindeua: 1) 1ª Vara criminal; 2) 2ª Vara criminal; 3)5ª Vara criminal. Unidades do Interior: 21 (vinte e uma): 1)Vara única de Concórdia do Pará; 2)Inhangapi; 3) 4ª Vara cível de Marabá; 4)Vara única de Ourém; 5)3ª Vara cível de Parauapebas; 6)Termo de Quatipuru (comarca de Primavera); 7)Vara única de Senador José Porfírio; 8)2ª Vara de Tailândia; 9)Vara única de Terra Santa; 10) Vara única de Bonito; 11) 1ª Vara criminal de Santarém; 12) Vara única de Garrafão do Norte; 13) 1ª Vara criminal de Rondon do Pará; 14) Vara única de Faro; 15) 1ª Vara cível e penal de Cametá; 16) Vara única de Salvaterra; 17) Vara Distrital de Monte Dourado; 18) Vara única de São Sebastião da Boa Vista; 19) 1ª Vara cível de Canaã dos Carajás; 20) Vara única de Santo Antônio do Tauá; 21) Vara única de Óbidos. Atualização de dados, em junho de 2021: unidades de Belém e RMB que cumpriram a Meta 4: 26 (vinte e seis), além dos Juizados Especiais cíveis e criminais de Belém. Total de unidades judiciárias do interior que cumpriram a Meta 4, até junho de 2021: 36 (trinta e seis). Conforme relação atualizada de unidades judiciárias que cumpriram a meta 4, até junho de 2021: 62 unidades cumpriram a meta, das quais, 36 do interior: vara criminal de Abaetetuba; Monte Dourado; 1ª criminal de Altamira; 1ª e 2ª cíveis Barcarena; Bonito; 1ª vara de Cametá; 2ª cível de Capanema; 1ª criminal de Castanhal; Chaves; Óbidos; Ourém; 1ª vara cível de Paragominas; Vara criminal de Paragominas; 3ª cível Parauapebas; 1ª cível e 1ª criminal de Rondon do Pará; Rurópolis; Salvaterra; 1ª criminal Santarém; Concórdia do Pará; Faro; Garrafão do Norte; Inhangapi; Irituia; Limoeiro do Ajuru; 1ª cível Marabá; 1ª e 2ª Varas criminais Marabá; Melgaço; vara violência doméstica de Santarém; São Domingos do Capim; 1ª cível Itaituba; Senador José Porfírio; Terra Santa; Ulianópolis; 2ª cível de Xinguara; 1ª Vara Tailândia. Unidades de Belém e RMB: 26 .1ª, 2ª, 3ª e 5ª Varas criminais Ananindeua; 9ª cível de Belém; 1ª, 2ª. 3ª. 4ª 5ª. 6ª. 7ª. 8ª. 9ª. 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Varas criminais de Belém; 2ª e 3ª Varas de violência doméstica e familiar contra a mulher de Belém; 1ª e 2ª Varas criminais distritais de Icoaraci; 4ª Vara da Fazenda de Belém; 9ª cível de Belém.

Até 04/10/2021, houve cumprimento da Meta 4 por 82 (oitenta e duas) unidades judiciárias do Estado, sendo 28 (vinte e oito) da capital e RMB e 54 (cinquenta e



quatro) do interior. Em 04/10/2021, o percentual de julgamento da meta era de 64,39% e o de cumprimento: 91,99%. Houve o alcance do cumprimento da Meta 4 pelo TJPA no ano de 2021, com grau de cumprimento de 105,93% e grau de julgamento 74,5%. Apresentou-se o relatório de produtividade dos meses de Março, Abril e Maio de 2022, conforme abaixo:

Total geral de atos judiciais – GAR – março/2022	
Sentenças	44
Decisões interlocutórias	32
Despachos	89
Total de Processos impulsionados	165

Total de atos processuais do Núcleo de Justiça 4.0/Abril 2022:	
Total geral de Sentenças	48
Total geral de Decisões interlocutórias	48
Total geral de Despachos	92
Total de Processos impulsionados	188

Total de atos processuais do Núcleo 4.0 /Maio 2022	
Total de Sentenças	68
Total de Decisões interlocutórias	17
Total de Despachos	77
Total de processos movimentados	162

4.1.2 Digitalizar e migrar para o PJE os processos cíveis e penais da Meta 4 do CNJ – 2021/2022, das unidades judiciárias da capital, da RMB e do interior.

RESPONSÁVEL: Mônica Maciel Soares Fonseca, Juíza de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi encaminhado à Dr^a Mônica Fonseca, lista contendo 1.771 processos rodando no LIBRA passíveis de digitalização. Foram encaminhados, pela Coordenação do Grupo de Auxílio Remoto, para a Central de Digitalização do Fórum cível, 27 (vinte e sete) processos da Meta 4, em 08/04/2021, dos quais, 08 (oito) de Igarapé-Açu, 07 (sete) do Termo de Aveiro (Itaituba), 04 (quatro) da 2^a Vara de Cametá, 05 (cinco) de Igarapé Miri, 01(um) de Anajás, 01 (um) de São Miguel do Guamá e 01 (um) de Baião, e 40 (quarenta) para a Central de Digitalização da Sede (Pedreira), dos quais, 07 (sete) da 1^a Vara cível, 09 (nove) da Vara criminal de Marituba, 21 (vinte e um) da 13^a Vara criminal de Belém, 03



(três) da Vara criminal de Santa Izabel do Pará, além de 01 (um) processo de Cachoeira do Arari, totalizando 69 (sessenta e nove) processos encaminhados para digitalização/migração para o PJe. Foram encaminhados, pela Coordenação do GAR, em maio de 2021, 246 (duzentos e quarenta e seis processos) para digitalização, oriundos das seguintes unidades judiciárias: Ipixuna do Pará, São Sebastião da Boa Vista, 1ª Vara cível de Bragança, 2ª Vara e 3ª Vara criminal de Belém, 9ª Vara criminal de Belém, 13ª Vara criminal de Belém, 1ª Vara de Tailândia, Goianésia do Pará, São Domingos do Capim, Marapanim, 3ª Vara cível de Altamira, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, Anapu, Dom Eliseu, 3ª Vara penal de Abaeteuta, Vara Penal de Redenção, 1ª Vara cível Xinguara, Curionópolis, Prainha, Monte Alegre, Anajás, Vara criminal de Santa Izabel, Garrafão do Norte, Nova Timboteua, 1ª Vara de Conceição do Araguaia, Maracanã, Porto de Moz, 1ª Vara cível e Vara criminal de Marituba. Foram digitalizados, pela Central de Digitalização da Pedreira, e migrados para o PJE, 138 (cento e trinta e oito) processos meta 4, no mês de maio de 2021, das seguintes unidades judiciárias: 3ª Vara criminal e 13ª Vara criminal de Belém, Anajás, Baião, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, 1ª Vara cível de Bragança, Goianésia do Para, Limoeiro do Ajuru, 1ª Vara cível e Vara criminal de Marituba, Mocajuba, São Domingos do Araguaia, São Sebastião da Boa Vista, São Caetano de Odivelas, 1ª Vara de Xinguara, 1ª Vara de Tailândia, Igarapé-Açu, Termo de Aveiro (Itaituba), 2ª Vara de Cametá, Igarapé-Miri, São Miguel do Guamá; foram encaminhados à Central de Digitalização da Pedreira, pela Coordenação do Grupo de Auxílio Remoto meta 4, 286 (duzentos e oitenta e seis) processos físicos, enviados de unidades do interior e da RMB. A Central de Digitalização informou que foram digitalizados e migrados para o PJE, no mês de junho de 2021, 159 (cento e cinquenta e nove) processos da meta 4, das seguintes unidades judiciárias do interior: Acará: 01; Anajás: 03; Anapu: 08; Curionópolis: 03; Currálinho: 04; Garrafão do Norte: 01; Goianésia do Pará: 05; Vara criminal Abaetetuba: 01; 1ª Vara cível Bragança: 01; Dom Eliseu: 02; 3ª cível de Altamira: 07; Marapanim: 20; Monte Alegre: 05; São Caetano de Odivelas: 04; Santo Antônio do Tauá: 04; São Sebastião da Boa Vista: 04; 1ª Vara Tailândia: 02; Nova Timboteua: 05; Ipixuna: 02; 1ª Vara Xinguara: 13; Prainha: 09; Vara criminal Redenção: 15; Vara criminal Santa Izabel do Pará: 01;



Maracanã: 13; Porto de Moz: 07; 1ª cível e penal de Conceição do Araguaia: 15.
Unidades da capital: 2ª criminal: 03; 9ª criminal: 01.

Foram enviados à Central de Digitalização, pela Coordenação do Grupo de Auxílio, mais 34 (trinta e quatro) processos meta 4, no mês de agosto de 2021. A Central digitalizou e migrou para o PJE 156 (cento e cinquenta e seis) processos Meta 4, no Mês de agosto de 2021. Em setembro de 2021, foram enviados, pela Coordenação do GAR, à Central de Digitalização, mais 51 processos

Meta 4.

Encaminhados pela Coordenação do GAR, no mês de outubro de 2021, 20 processos meta 4 para digitalização e migração. Em março/2022, foram enviados, pela Coordenação do Núcleo 4.0, 04 (quatro) processos para a Central de Digitalização, em abril/2022, foram enviados 05 (cinco), e em maio, foram encaminhados 34 processos Meta 4.

5 MACRODESAFIO: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Coordenadora: Antonieta Maria Ferrari Mileo, Juíza de Direito

PERSPECTIVA: Processos Internos

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 2

AÇÕES: 4 concluídas

ETAPAS: 16

EXECUÇÃO: 100%

Ações:

I-Fomentar meios consensuais de soluções de conflitos não judicializados

II-Estimular meios consensuais de soluções de conflitos judicializados

III-Desenvolver e integrar os Sistemas GEMEC e PJE (Resolução 358/2020 - CNJ

IV-Integrar o Consumidor.Gov.Br e PJe.

5.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento de políticas e ações de estruturação dos CEJUSCs.



5.1.1 Fomentar meios consensuais de soluções de conflitos não judicializados.

RESPONSÁVEL: Desembargadora Dahil Paraense

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Visita técnica à FAAM no dia 21/03/2022 às 15h para tratativas de instalação de posto avançado do CEJUSC de Ananindeua que ficará do Fórum. Conversão do CEJUSC ESMAC em postos avançado. Aprovação da reestruturação dos CEJUSCs durante a Reunião de Membros do NUPEMEC, realizada no dia 18/03: unificação do 2º e 3º CEJUSC e especialização do 5º CEJUSC para recebimento de demandas de saúde. Transformação do 6º CEJUSC da Capital em posto avançado ligado ao 1º CEJUSC da Capital. Foi realizada reunião virtual para instalação de posto avançado na ALEPA. O NUPEMEC está em tratativas com a faculdade Serra Dourada em Altamira para instalação de CEJUSC.

Foi institucionalizado o CEJUSC Virtual como serviço vinculado a todos os CEJUSCs. O projeto de reestruturação dos CEJUSCs foi apresentado no dia 19/11 aos membros do NUPEMEC. Foi realizada a divulgação do CEJUSC virtual, com a publicação de matérias em todas as mídias sociais do TJPA e produção de vídeo institucional, bem como a realização de campanha de estímulo a utilização do consumidor.gov, divulgação de notícias no Portal TJ e no Instagram.

Ocorreu a mudança do 2º CEJUSC da Capital para o prédio da Pedro Miranda. Lotação de 2 servidores para o CEJUSC de Abaetetuba. Lotação de 1 servidor para o CEJUSC de Marabá. Lotação de 1 servidor para o CEJUSC de Marituba. Lotação de 2 servidor para a Coordenadoria de Justiça Restaurativa. Lotação de 3 servidores para o 5º CEJUSC, 1 servidor para o 3º CEJUSC 1 servidor no CEJUSC de Santarém e 1 servidor para o 1º CEJUSC. Perda de 3 servidores (CEJUSCs de Abaetetuba e 5º CEJUSC) e outro no 5º CEJUSC. Lotação de mais uma servidora no 5º CEJUSC. Portaria publicada em 24/06/2022.

Em 2021 foram realizadas 03 turmas de formação de conciliadores e mediadores e 01 turma de Políticas Públicas, estando disponibilizado o referido curso como



autoinstrucional. Em 2022 foram realizadas 2 turmas de mediação com 90 alunos e 1 turma de formação inicial em justiça restaurativa. Serão realizadas mais 4 turmas de mediação no 2º semestre, 2 turmas de justiça restaurativa, 1 turma de gestão de CEJUSC e mais 4 cursos de aperfeiçoamento em: saúde, família, superendividamento e empresarial.

5.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos

5.2.1 Estimular meios consensuais de soluções de conflitos judicializados.

RESPONSÁVEL: Betânia de Figueiredo Pessoa Batista, Juíza de direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foram realizadas Jornadas de Conciliação em parceria com a Coordenadoria dos Juizados Especiais em 12 comarcas, bem como realização de caravanas da Conciliação em 3 Comarcas (Tailândia, Altamira e São Felix do Xingu). O NUPEMEC tomou as medidas para incentivar a realização de audiências do artigo 334 do CPC, foi solicitado a disponibilização de movimento nos sistemas PJE e LIBRA, bem como orientação da forma de alimentação. A coordenadoria de estatística promoveu em conjunto com a secretaria de informática os mecanismos necessários à alimentação da informação. Foram encaminhadas notas orientativas por e-mail a todas as unidades judiciárias para conhecimento e adoção do procedimento. A presidência encaminhou expediente a todas as unidades judiciárias. A Semana Nacional de Conciliação aconteceu no período de 08 a 12 de novembro de 2021. O encerramento se deu com casamento comunitário para 42 casais.

Foram firmadas parcerias com a Defensoria Pública, Procuradorias, cartório Guedes de Oliveira, grandes litigantes. Quanto à realização da Semana Nacional de Conciliação aguarda-se indicação do período pelo CNJ. Considerando que esse ano é de eleição, o CNJ deve agendar a referida Semana para a 1ª semana de dezembro. No período de 06 a 10 de junho/2022, o TJPA realizou a Semana Estadual de Conciliação.



5.2.2 Desenvolver e integrar os Sistemas GEMEC e PJE (Resolução 358/2020 – CNJ)

RESPONSÁVEL: Marília Paulo Teles, Coordenadora de Aplicações

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Sistemas integrados a fim de atender a Resolução 358/2020 CNJ, item IV – acoplamento modularizado com o sistema processual eletrônico do tribunal que o adotar ou desenvolvimento em plataforma de interoperabilidade, de forma a manter a contínua comunicabilidade com o sistema processual do tribunal respectivo; e item V – sincronização de agendas/agendamento.

5.2.3 Integrar o Consumidor. Gov. Br e PJe

RESPONSÁVEL: Carlos Diego Pojo de Brito Souza, Chefe da Divisão de Implementação de Projetos

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Sistemas integrados, ferramenta divulgada.

6 MACRODESAFIO: CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

COORDENADOR: César Augusto Puty Paiva Rodrigues, Juiz de Direito

PERSPECTIVA: Processos Internos

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 2

AÇÕES: 6 concluídas

ETAPAS: 26

EXECUÇÃO: 100%

Ações:

I- Aprimorar as ferramentas informatizadas de gestão de precedentes obrigatórios

II- Fomentar a utilização do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas- IRDR



III-Aprimorar o controle, a divulgação, a orientação e a fomentação de precedentes obrigatórios

IV-Fomentar a utilização do Incidente de Assunção de Competência – IAC

V-Implantar o Centro de Inteligência do Poder Judiciário no âmbito do TJPA

VI-Revisar o Regimento Interno do TJPA quanto a precedentes judiciais obrigatórios

6.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento de ferramentas para facilitar a identificação e gestão dos precedentes obrigatórios visando garantir a sua consolidação.

6.1.1 Aprimorar as ferramentas informatizadas de gestão de precedentes obrigatórios.

RESPONSÁVEL: Antônio Nicolas Godinho de Souza Cavalcante, Assessor Jurídico da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais.

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi iniciado levantamento de dados necessários para implementação da ferramenta webservice no Libra e PJe.

Versão final do Painel Eletrônico de Gerenciamento de Processos Sobrestados, disponível em:

<https://powerbi.tjpa.jus.br/Reports/powerbi/DPGE/Estat%C3%ADstica/precedentestjpa?rs:embed=true> ; disponível para os usuários internos (login e senha de rede).

Foi feito levantamento dos ajustes necessários para aprimoramento do Portal do IRDR.

6.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoamento de mecanismos para a redução de demandas repetitivas e grandes litigantes.

6.2.1 Fomentar a utilização do IRDR.

RESPONSÁVEL: Camila Amado Soares, Coordenadora de Recursos Extraordinários e Especiais

(Concluída) ✓



DESEMPENHO: Foi preparado formulário para apontamento de questões que possam ser submetidas a julgamento de IRDR e início de tratamento das questões apontadas. Foi elaborada cartilha a respeito do IRDR. Foram criados grupos no "Whatsapp" e "Teams", para ampla divulgação e discussões a respeito de precedentes judiciais obrigatórios, em especial IRDR.

6.2.2 Aprimorar o controle, a divulgação, a orientação e a fomentação de precedentes obrigatórios.

RESPONSÁVEL: Camila Amado Soares, Coordenadora de Recursos Extraordinários e Especiais

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi criada e divulgada nota técnica sobre o sobrestamento, adequado cadastro nos sistemas de gestão processual e aplicação de precedentes qualificados.

Foi criado boletim de precedentes qualificados com compilação semestral de informações divulgadas a respeito dos precedentes divulgados por mala direta, quer oriundos do STF ou do STJ, bem como do TJPA em sede de IRDR e IAC e grupos encaminhados pelo TJPA como representativos da controvérsia – RRC, para que possa ser divulgado no site do TJPA e por mala direta.

Foi elaborado boletins temáticos sobre assuntos relevantes a prestação jurisdicional no âmbito do TJPA, compilando todos os precedentes judiciais qualificados obrigatórios sobre o assunto eleito, oriundos do STJ, do STF e do TJPA, boletim amplamente divulgado e publicado no link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/hotsite/recursos-extraordinarios/pg.xhtml?pg=751278>.

Foi produzido relatório de gerenciamento de recursos enviados aos tribunais superiores. Foi criado um banco de decisões, para o levantamento das matérias em sede de admissibilidade de recursos extraordinários e especiais.

Foi realizada "Caravana Virtual", no dia 06/07/2021, no qual foram tratados temas do interesse do Centro de Inteligência, dentre eles sobre precedentes qualificados.



Os processos físicos sobrestados sob o gerenciamento do Nugepmac foram digitalizados e virtualizados. Foram produzidos relatórios com questões levantadas para serem submetidas a julgamento de precedentes obrigatórios. Quanto à elaboração de estudos sobre a interpretação e aplicação do Tema 952 do STJ, há relatório minutado, estando em fase de revisão para fins de futura submissão de validação.

Foi feito boletim informativo das ações coletivas (Edição nº 01, atualizado até 31/12/2021). Foi feito relatório de compilação de dados relativos a questões jurídicas que se repetem, cujo entendimento é pacífico no TJPA. Questões foram levantadas para serem submetidas a julgamento de precedentes obrigatórios. Foi produzido relatório de compilação de dados relativos a questões jurídicas que se repetem, cujo entendimento é divergente no TJPA. Questões foram levantadas para serem submetidas a julgamento de precedentes obrigatórios. Por fim, foi confeccionado o projeto de implantação de Unidade Piloto para gerenciamento das ações coletivas.

6.2.3 Fomentar a utilização do Incidente de Assunção de Competência-IAC

RESPONSÁVEL: Camila Amado Soares, Coordenadora de Recursos Extraordinários e Especiais

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi feito levantamento nos tribunais superiores dos incidentes de assunção de competência para subsidiar a elaboração da cartilha, com dados expositivos demonstrando a importância do IAC.

Foi desenvolvido e disponibilizado um modelo de petição/ofício de pedido de instauração de incidente de assunção de competência.

6.2.4 Implantar o Centro de Inteligência do Poder Judiciário no âmbito do TJPA.

RESPONSÁVEL: Camila Amado Soares, Coordenadora de Recursos Extraordinários e Especiais



(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Criado o Centro de Inteligência do Poder Judiciário no âmbito do TJPA pela Resolução 07/2021 do TJPA.

6.2.5 Revisar o Regimento Interno do TJPA quanto a precedentes judiciais obrigatórios

RESPONSÁVEL: Camila Amado Soares, Coordenadora de Recursos Extraordinários e Especiais.

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: A proposta de revisão regimental foi encaminhada às providências cabíveis da Presidência.

Pesquisa realizada em diversos tribunais para levantamento de regimentos internos mais relevantes no que diz respeito aos precedentes judiciais obrigatórios.

Proposta de alteração regimental quanto ao processamento do Incidente de Assunção de Competência no TJPA, encaminhada para Presidência às providências cabíveis.

7 MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Coordenador: Débora Moraes Gomes, Secretária de Administração

PERSPECTIVA: Processos Internos

INICIATIVA ESTRATÉGICA: 1

AÇÕES: 6 concluídas

ETAPAS: 37

EXECUÇÃO: 100%

Ações:

I- Implementar ações para melhoria do Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS

II-Implantar Política e Plano de Sustentabilidade

III-Implantar Programa de Contratação Sustentável



IV-Modernizar os serviços de transporte do TJPA

V-Implantar o projeto piloto de workflow na SEAD

VI-Implantar o sistema automatizado de conta vinculada

7.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantação da política de sustentabilidade

7.1.1 Implementar ações para melhoria do Índice de Desempenho de Sustentabilidade - IDS

RESPONSÁVEL: Evelise de Oliveira Rodrigues, Coordenadora do Núcleo Socioambiental

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi feita pesquisa de estratégias desenvolvidas por outros tribunais para melhoria do IDS com entrega de relatório analítico. O Núcleo socioambiental passou a ter acesso ao sistema de custos por unidade. Adicionalmente, oficina de aproveitamento integral dos alimentos (parceria com o SESI); Oficina de aproveitamento de óleo de cozinha na produção de sabão (parceria com o núcleo de meio ambiente da UFPA); impactos positivos PLS-TJPA;

encontro de boas práticas entre tribunais do bioma amazônico; Ecodicas; vídeo "consumo consciente". Além disso, foi realizada a sensibilização do corpo funcional, através da mídia da instituição, ressaltando o Dia da Terra no dia 22 de abril. Inserção da Ecofonte no site. Dia internacional da reciclagem; Campanha #julho sem plástico; Divulgação do dia interamericano de qualidade do ar; Dia do combate à poluição. Campanha SE-PA-RE (mídias sociais, portal do TJPA, e-mail e site do Núcleo Socioambiental); dia da Amazônia; calendário da sustentabilidade; dia internacional de proteção da camada de ozônio; dia mundial da limpeza; dia da árvore; ambientação dos magistrados e magistradas realizada em 16.12.2021; dia mundial da justiça social; dia internacional da mulher; campanha faxina nos armários 2022; campanha dignidade feminina; dia nacional da conscientização sobre as mudanças climáticas; roda de conversa; dia mundial da água. Visita ao Núcleo Socioambiental do TRE para compartilhamento de boas práticas e



projetos realizados (25.03.2022)

Campanha realizada Ações de Educação Ambiental do TJPA na comunidade. Comemoração do Dia da Terra. Celebração do Dia das Mães. Dia do Meio Ambiente.

Você sabe como separar os seus resíduos? Para a ação de elaboração de uma cartilha sustentável há conclusão de 100%, a cartilha servirá como uma ferramenta de educação ambiental para reduzir o desperdício nas atividades do órgão e os impactos negativos no meio ambiente. Foram elaborados 12 informativos sustentáveis mensais. Curso EAD sobre gestão socioambiental (100% concluído): curso importado da plataforma do STJ e tem por finalidade a discussão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os desafios para implementação da agenda 2030. Carga horária: 24h/a - Turma I - 10/05 a 08/06/21, Turma II - 10/06 a 08/07/21.

7.1.2 Implantar Política e Plano de Sustentabilidade

RESPONSÁVEL: Débora Moraes Gomes, Secretária de Administração

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Para a realização dos trabalhos foram feitas pesquisas pela internet na busca dos documentos oficiais de Políticas de Sustentabilidade dos órgãos do Poder Judiciário. Primeiramente, foi realizado um levantamento preliminar que possibilitou a percepção de alguns detalhes que nortearam a metodologia aplicada neste trabalho: A política do STJ (Superior Tribunal de Justiça) é uma das mais bem montadas e foi elaborada bem recentemente. Foi publicada em 12/11/2020, revogando a anterior, o que denota uma preocupação com a atualização da norma. As políticas dos órgãos afins seguem, mais ou menos, a mesma linha. As políticas dos Tribunais Estaduais são semelhantes entre si, dos Tribunais Regionais do Trabalho também são semelhantes entre si. Todos os órgãos têm ações e normativos voltados à sustentabilidade, mas poucos têm uma política estabelecida.

Todos têm, minimamente, o Plano de Logística Sustentável (PLS) e o aparato



relacionado, exigido pela Resolução CNJ nº 201/2015, de 03/03/2015. Então, foi estabelecida a seguinte linha de metodologia:

- 1) Definir a Política de Sustentabilidade do STJ como o padrão a ser seguido;
- 2) Pesquisar as políticas dos órgãos por grupo de instituições afins;
- 3) Escolher duas políticas de cada grupo para análise comparativa com STJ;
- 4) Construir as Matrizes de Análise Comparativa das políticas.

Essas Matrizes servirão de insumo para a próxima Etapa do planejamento (7.2.2- Elaboração de minuta da política de sustentabilidade). A versão preliminar da Minuta enviada em 25/04/2021 ao Núcleo Socioambiental para avaliação, retornou em 06/05/2021 e os ajustes sugeridos e aprovados foram inseridos em 07/05/2021. A versão assim revisada foi enviada à Secretária (SEAD) ainda em 07/05/2021 para as providências sequenciais. A Minuta foi encaminhada para apreciação Superior.

Plano de Logística Sustentável elaborado: Oficinas com grupos de trabalho por tema, no mês de agosto, com duração de duas semanas cada uma, num total de dezoito oficinas. Análise do conteúdo das oficinas. Elaboração da minuta do Plano de Logística sustentável, enviada para aprovação da Presidência em 15.09.21. Publicado pela Portaria nº3475/2021 - DJ15/10/2021. O TJPA instituiu a Política de Sustentabilidade, por meio da Resolução nº 25, de 15 de dezembro de 2021.

7.1.3 Implantar Programa de Contratação Sustentável

RESPONSÁVEL: Débora Moraes Gomes, Secretária de Administração

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Para a etapa de levantamento dos programas de contratações sustentáveis existentes em outros Tribunais, foi feita pesquisa nos sites dos Tribunais de Justiça, envio de e-mail solicitando informações e contato telefônico solicitando o atendimento da demanda. Para ação de levantamento das contratações do TJPA, foi feita a verificação das contratações realizadas no ano de 2020, através da utilização dos Relatórios de Prestação de Contas para o TCE - ano 2020. Para análise da viabilidade técnica e econômica da contratação de Serviço de Impressão, foi feita uma compilação das informações necessárias



para a formatação de um documento de Análise de Viabilidade. Para as etapas de análise da viabilidade técnica da implantação de Estações de água tratada e energia solar, foram entregues 2 relatórios de Análise da viabilidade respectivos. A Secretaria de Administração publicou o Plano de contratações sustentáveis, por meio da portaria 13/2021-SA, de 16/12/2021 e publicado em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Secretaria-de-Administracao/409268-normativos.xhtml>

7.1.4 Modernizar os serviços de transporte do TJPA.

RESPONSÁVEL: Débora Moraes Gomes, Secretária de Administração

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi implantada a quarteirização de transporte. Foram realizadas ações de comunicação ao Público Interno e o Cadastramento dos usuários na plataforma. Sobre comunicação, foram publicados Cartilha e o vídeo explicativos.

Quanto à implantação de locação de veículos de serviço, o processo licitatório foi homologado em maio de 2022. Após a homologação, foram assinados 04 (quatro) contratos referentes a 9 dos 11 itens inicialmente licitados. No processo licitatório houve 2 (dois) itens fracassados. Os 2 itens já estão na fase interna de repetição do certame, com estimativa de abertura do pregão em 20/07/2022. Quanto à implantação de locação de veículos de representação, o contrato foi assinado em 19 de maio. Início da execução prevista para o dia 11 de julho de 2022.

7.1.5 Implantar o projeto piloto de workflow na SEAD

RESPONSÁVEL: Débora Moraes Gomes, Secretária de Administração

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Já foram modelados 46 processos, dentre os quais destaca-se o processo de Alteração de Limite de Combustível, escolhido como piloto para a implantação de Workflow.



Foram definidos a estratégia de implantação e o cronograma geral de implantação, com a definição das datas de disponibilização do Módulo de Workflow no SIGADOC e de realização de treinamento.

O Módulo de Workflow do SIGA (SIGA-WF) foi disponibilizado na atualização de Versão do SIGA identificado por v.10.2.3.32; criado inicialmente em Ambiente de Desenvolvimento e posteriormente no Ambiente Oficial.

Foram criados alguns workflows hipotéticos para os testes iniciais e para validação da atualização de versão; em seguida foi criado o workflow do processo piloto (Alteração de Limite de Combustível), que foi executado diversas vezes até a completude da validação dos testes.

Curso realizado por meio da Escola Judicial do Pará no período de 28/09/2022 a 31/09/2022, de acordo com a seguinte ementa: Apresentação do módulo de Workflow do SIGADOC; Recursos, funcionalidades e configurações; Demonstração de um fluxo pré-existente no sistema; Criação e configuração completa de um fluxo de trabalho desenhado pelo TJPA.

Foram elaborados os documentos Manual.docx e Workflow-Artigo.docx, entregues à área de Comunicação com as devidas explanações, para confecção do Manual definitivo (Cartilha) e do Artigo para o Portal.

Foram tomadas todas as providências para o comunicado final ao público-alvo que solicita o serviço de Alteração de Limite de Combustível. A Divisão de Transportes, como sendo a unidade executora do serviço, já providenciou o envio do comunicado aos usuários com links para o Vídeo orientativo e para o Artigo publicado no Portal Interno. Além disso foi anexado o Manual (Cartilha).

7.1.6 Implantar o sistema automatizado de conta vinculada

RESPONSÁVEL: Débora Moraes Gomes, Secretária de Administração

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foram realizadas pesquisas no âmbito dos órgãos públicos, notadamente os do Poder Judiciário, das empresas públicas e das empresas privadas. Foram encontrados três sistemas, a saber: (1) Sistema CONTA VINCULADA, desenvolvido pela empresa MM Consultoria em Gestão Empresarial Ltda, sediada em Brasília; (2) Sistema ContratosGOV do Instituto



Negócios Públicos; (3) Módulo de Conta Vinculada do Sistema COMPRAS.GOV.BR CONTRATOS do Ministério da Economia. Foram analisados os três sistemas.

Depois da análise preliminar realizada na Etapa anterior, foram feitos testes mais aprofundados no Módulo de Conta Vinculada do Sistema COMPRAS.GOV.BR CONTRATOS do Ministério da Economia, culminando com a constatação de que é efetivamente a melhor solução para implantar o sistema automatizado de conta vinculada no TJPA. Entretanto, houve um obstáculo para a implantação imediata devido ao fato de estar integrado ao Sistema SIAFI do Governo Federal. Mas, como havia demandas de vários outros órgãos pelo sistema, o Ministério da Economia solucionou referido obstáculo em tempo hábil, tornando possível a implantação no TJPA.

Nesta etapa foram realizados os testes completos da solução, constatando a integral adequação da solução às necessidades do TJPA. Foram feitas as conferências detalhadas confrontando os resultados obtidos no sistema com os das planilhas usadas atualmente pelas equipes da SEAD, e o diagnóstico foi totalmente positivo quanto à implantação do sistema no TJPA.

Para efetivar a implantação fez-se necessário o cadastramento de um Contrato Piloto. O contrato escolhido foi o 067/2022 cuja execução iniciou-se recentemente em começo de outubro, abrangendo várias categorias profissionais e totalizando mais de 400 colaboradores. Foi feito o cadastramento do Contrato e dos colaboradores envolvidos, bem como realizados todos os passos necessários ao gerenciamento da Conta Vinculada.

8 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

COORDENADOR: Líbio Araújo Moura, Juiz de Direito

PERSPECTIVA: Processos Internos

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 4

AÇÕES: 9 concluídas

ETAPAS: 37

EXECUÇÃO: 100%



Ações:

I-Expandir ações de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

II-Promover o fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa

III-Implementar ações de ressocialização de apenados(as) e egressos(as).

IV-Apoiar a execução das ações relativas ao Programa Fazendo Justiça do CNJ

V-Criar painel de gestão com as informações das pessoas privadas de liberdade do Poder Judiciário do Estado do Pará

Implantar plano de trabalho para depuração de inconsistências do BNMP 2.0.

VI- Implantar plano de trabalho para depuração de inconsistências do BNMP 2.0

VII-Implantar Certidão de Antecedentes Criminais Unificada

VIII-Criar Plataforma de integração para utilização dos diversos sistemas da Justiça (PJE, SEEU, BNMP, Sisbajud, SEEU, SNA, Renajud, E-Natjus)

IX-Regulamentar a aplicação do acordo de não persecução penal (ANPP) no TJPA

8.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis

8.1.1 Expandir ações de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

RESPONSÁVEL: Reijane Ferreira de Oliveira, Juíza de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Para a expansão do Programa Patrulha Maria da Penha foi feita realização de mobilização e orientação das Comarcas de Ananindeua, Abaetetuba, Altamira, Santarém, incluindo os termos de Mojuí do Campos e Belterra, bem como o monitoramento da implantação do programa. Foi feita a Instalação do espaço de acolhimento multidisciplinar. Para a capacitação de magistrados e servidores foram realizados 02 webinários Para a etapa de elaboração de estudo de viabilidade para criação/redefinição de competências de varas especializadas, foi realizado estudo que concluiu o seguinte:



- 1) Redefinição da competência da 3ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, para que fique exclusiva de violência doméstica, sendo renomeada para “Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher Distrital de Icoaraci”;
- 2) Redefinição da competência da 4ª Vara Criminal de Ananindeua, para que fique exclusiva de violência doméstica, sendo renomeada para “1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Ananindeua”. A depender de decisão da administração superior do Tribunal de Justiça, também poderia ser criada unidade judiciária exclusiva para os crimes contra a criança e adolescente, tendo em vista que Ananindeua aparece como a 10ª mais necessitada para expansão, de acordo com o ICV;
- 3) Redefinição da competência da 3ª Vara Criminal de Marabá, para que fique exclusiva de violência doméstica, sendo renomeada para “Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Marabá”. A depender de decisão da administração superior do Tribunal de Justiça, também poderia ser instalada nova unidade judiciária exclusiva para as ações penais de competência do Júri, com base na Lei nº 8.099/2015, que criou duas varas na comarca de Marabá;
- 4) Instalação da 4ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Belém, exclusiva de medidas protetivas, com redefinição da competência das demais varas de violência doméstica da capital, para que não receba mais esse tipo de processo. Ressalta-se que a Lei nº 8.099/2015 criou três varas na capital, sendo uma ainda pendente de instalação.

8.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Apoio e desenvolvimento de ações de ressocialização de apenados(as) e egressos(as)

8.2.1 Promover o fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa.

RESPONSÁVEL: Josineide Pamplona Medeiros, Juíza de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Para aprimoramento da governança compartilhada, foi realizada reunião com membros da CJR e membros da UFPA; parceria com a UFOPA e CREAS de Santarém para ações de capacitação em Justiça Restaurativa; 04 reuniões com membros da Coordenadoria de Justiça Restaurativa; 01 reunião com membros da Universidade Federal do Pará; 01 reunião com a Universidade Federal do Oeste do Pará;



01 reunião com o Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS, de Santarém. Para sensibilização e suporte técnico para aplicação das metodologias da Justiça Restaurativa foram realizadas tratativas com a EJPA para oferta de curso de formação inicial em Justiça Restaurativa, na modalidade EAD (3 turmas), foi ofertado Curso de Aperfeiçoamento, Conferência Vítima-ofensor. Também, realização de 1 curso de Facilitadores em Processos Circulares, 1 curso de conferência vítima-ofensor, Curso de Aprofundamento. Para alimentação do banco de dados de facilitadores em Justiça Restaurativa está sendo construído o Projeto do Curso de Aperfeiçoamento em Justiça Restaurativa.

A fim de estabelecer-se parcerias interinstitucionais e atuação em rede foram feitas tratativas entre CJR e Clínica de Justiça Restaurativa da Universidade Federal do Oeste do Pará. Tratativas com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Belém. Tratativa para instalação de Espaço Restaurativo vinculado ao 7º CEJUSC da Capital, na UFPA. Parceria com a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia/UFOPA e o CREAS de Santarém para promoção do curso de facilitadores de processos circulares e para o curso de conferência vítima-ofensor.

Para a viabilização de espaços físicos há SIGA-DOC em tramitação solicitando área nos Fóruns de Santarém, Ananindeua e Cível de Belém. Por fim, para a etapa de viabilização de servidores para atuação nesta área, foi feita alocação de 2 servidoras na Coordenadoria de Justiça Restaurativa.

8.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Apoio e desenvolvimento de ações de ressocialização de apenados(as) e egressos(as)

8.3.1 Implementar ações de ressocialização de apenados e egressos.

RESPONSÁVEL: Deomar Alexandre de Pinho Barroso, Juiz de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi feita publicação no Portal do TJPA do link de acesso à Cartilha de manejo de casos de pacientes judiciários, foi realizada a criação do formulário de mapeamento para aplicação pelas casas penais do Estado do Pará e pela EAP/DPAIS, foi organizado um webinar de saúde mental, foram feitas



reuniões com a Rede de Apoio Psicossocial - RAPS, com as Secretarias de Saúde do Estado e do Município, com o Ministério Público, com os equipamentos de atenção especializada à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, com a SEAP e com a DPPA; Construção do Grupo de Trabalho interinstitucional para fins de alinhamento da política de atenção integral, com especial enfoque na avaliação, no acompanhamento e monitoração especializada do paciente judiciário, em fase de pré-egresso e egresso do sistema penal. Foi finalizada a minuta da proposta do Termo de Cooperação Técnica denominado PRAÇAÍ, que após revisão do grupo será remetido à apreciação da Presidência deste Egrégio Tribunal.

Para a reestruturação do projeto começar de novo foram realizadas reuniões da VEP com o PERNOH para tratar da celebração ACT, incorporando o Método CIS e o Projeto Respirando Liberdade como parte das ações do PERNOH no Estado do Pará; além da 1ª oferta do Curso de Inteligência Emocional do Método CIS às Casas Penais do Estado do Pará, no período de 19, 20, 21, 27 e 28/02/2021, totalizando 20 Casas Penais envolvidas e 251 custodiados beneficiados; foi realizada reunião do Programa Começar de Novo; ocorreram também reuniões nos dias 10, 16 e 17 de março de 2021, para tratar do Programa Escritórios Sociais e da atuação do Programa Começar de Novo nessa política pública a ser implementada na RMB, além de reuniões do ACT 011/2020 - para planejamento e organização do lançamento do Projeto Realize (TJPA/Faculdade Estácio do Pará e SEAP), visando ao atendimento multidisciplinar do CRF/SEAP-PA; e foi feita a Elaboração de Minuta de ACT a ser celebrado entre o TJPA, SEAP e FEBRACIS, foi criado o grupo de trabalho para definição de papéis e elaboração do plano de trabalho e da portaria que direcionarão o trabalho do Escritório Social e do Programa Começar de Novo, dia 19 de novembro de 2021 foi realizada reunião para fechamento dos tópicos deliberados pelo GT, envolvendo o Escritório Social, o Programa Começar de Novo, a VEP, o GMF e a SEAP. Reuniões envolvendo a VEP, o Programa Começar de Novo, a SEAP, o Escritório Social, o Programa Fazendo Justiça e o GMF; (10) Reuniões entre a VEP, SEAP, Estácio, MPPA e DPPA; reuniões com representantes do CNJ, GMF, VEP e Escritório Social visando à estruturação de ações voltadas execução do Termo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o TJPA, a SEAP e o MPT, para ampliação de vagas de trabalho para egressos



do Sistema Penal. Participação em qualificação promovida pelo CNJ, juntamente com o GMF, voltada ao atendimento do pré-egresso e do egresso do sistema penal; Renovação do Convênio Realize; Reestruturação das ações do Projeto Realize.

8.3.2 Apoiar a execução das ações relativas ao Programa Fazendo Justiça do CNJ.

RESPONSÁVEL: Blenda Nery Rigon Cardoso, Juíza Coordenadora do GMF

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizada a Interlocação com a SEAP nos anos de 2019/2020 com o objetivo de dar suporte necessário à instalação do Escritório Social. Após, longa interlocação ao longo de 2019, a SEAP encaminhou proposta ao DEPEN. Após aprovação, foram recebidos recursos do DEPEN no ano de 2019. No ano de 2020, foi firmado termo de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça, CNJ e a SEAP para instalação do Escritório Social no Pará. O GMF realizou, no ano de 2021, reuniões com a SEAP e a Vara de execução penal da capital com o objetivo de firmarem o fluxo, bem como para harmonização da forma como o trabalho será desenvolvido, uma vez que o juízo da VEP entende que há necessidade de um servidor da VEP com franco acesso ao escritório social, o que foi acordado entre ambos. Escritório social foi inaugurado em junho de 2021 e está em pleno funcionamento, contando com a presença da servidora da VEP responsável pelo Programa Começar de Novo. Quanto à elaboração de estudo acerca da viabilidade de implantação de Central de Vagas foram realizadas duas reuniões com o CNJ/DMF. A primeira para uma apresentação e objetivos da central e a segunda para explicar a metodologia empregada. Em março de 2022 foi lançado pelo CNJ o Manual para Gestão da Lotação Prisional - Central de Regulação de Vagas, o que deu suporte à elaboração do estudo de viabilidade e encaminhamento à Presidência do Tribunal de Justiça, por meio do SIGADOC PA-MEM-2022/28948.



8.4 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoamento dos sistemas de controle e julgamento na área criminal

8.4.1 Criar painel de gestão com as informações das pessoas privadas de liberdade do Poder Judiciário do Estado do Pará.

RESPONSÁVEL: Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor do Departamento de Planejamento Gestão e Estatística

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foram estabelecidos os requisitos tecnológicos e as regras gerais a serem aplicadas na extração de dados dos sistemas de gerenciamento processual, também foi criada a tabela na base de dados denominada DIMENSIONAL.FATOPRESO, a partir da qual construiu-se a primeira versão do Painel de Gestão de Réus Presos, foi construída a versão preliminar do painel de gestão de presos contendo todas as informações do sistema LIBRA, posteriormente foi lançado a versão atual do painel que já contempla as informações advindas do sistema SEEU.

8.4.2 Implantar plano de trabalho para depuração de inconsistências do BNMP 2.0.

RESPONSÁVEL: Patrícia de Oliveira Sá Moreira, Juíza de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizada a identificação dos processos e elaboração do relatório, foi feito um estudo a respeito da integração Libra x BNMP, foi atualizada a Nota Técnica com as ações que foram recentemente tomadas como produção de relatórios para as atividades judiciárias, foram expedidos ofícios circulares informando sobre a necessidade de alimentar a ferramenta DEPURÔMETRO, ferramenta de monitoramento do trabalho de depuração feito pelas unidades judiciárias.

8.4.3 Implantar Certidão de Antecedentes Criminais Unificada.

RESPONSÁVEL: Rodrigo Oliveira de Medeiros, Coordenador de Aplicações

(Concluída) ✓



DESEMPENHO: Foi feita a realização da engenharia reversa no projeto de certidões judiciais, foi traçado o plano de ação a partir de consulta de provimentos e servidores da central de distribuição do 2º grau, foi implementada nova solução com validação dos dados de entrada na Receita Federal, foi feita a unificação das duas certidões criminais, com padronização dos modelos de pdf, com buscas de dados nos sistemas Libra, PJe e SEEU.

8.4.4 Criar Plataforma de integração para utilização dos diversos sistemas da Justiça Criminal (LIBRA, PJE, SEEU, BNMP 2.0, SISTAC, INSPEÇÃO).

RESPONSÁVEL: Rodrigo Oliveira de Medeiros, Coordenador de Aplicações

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi desenvolvido serviço de autenticação única que será a base para acesso aos sistemas, realizado levantamento de lógica de sessões nos sistemas Libra e Plenário Virtual. Lógica de autenticação já implementada, com integração dos sistemas PJe e SIGA, bem como primeira versão já integrada com CNJ.

8.4.5 Regulamentar a aplicação do acordo de não persecução penal (ANPP) no TJPA

RESPONSÁVEL: Maria de Fátima Alves da Silva, Juíza de Direito

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foram realizados estudos para subsidiar a regulamentação do acordo de não persecução penal (ANPP) no TJPA, a minuta da resolução foi encaminhada para COJ, conforme Memorando N° PA-MEM-2021/20618, foi elaborado o diagrama e o fluxograma do processo de trabalho de homologação, execução e fiscalização de Acordo de Não Persecução Penal - ANPP. Foi publicada a Resolução N° 18, de 15/09/2021, que regulamenta a aplicação do acordo de não persecução penal (ANPP), previsto no art. 28-A do Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.



9 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

COORDENADOR: Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor de Planejamento, Gestão e Estatística

PERSPECTIVA: Processos Internos

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 4

AÇÕES: 19 concluídas

ETAPAS: 85

EXECUÇÃO: 100%

Ações:

- I-Implantar Política de Governança de Contratações
- II-Aperfeiçoar a metodologia de monitoramento das ações e seus reflexos nos indicadores do Planejamento Estratégico
- III-Implantar o Sistema Normativo Administrativo- SINAD-TJPA
- IV- Aprimorar a Gestão da Memória e Documental
- V-Implantar painel da movimentação funcional dos magistrados
- VI-Implantar Laboratório de Inovação
- VII-Implementar ações para melhoria da gestão dos precatórios e celeridade na efetivação dos pagamentos
- VIII-Aprimorar o Índice de Prioridade de Obras- IPO
- IX- Aprimorar procedimentos de manutenção predial
- X-Expandir a Segurança Armada para todas as Comarcas do Estado do Pará
- XI- Implantar Núcleo de Justiça 4.0
- XII-Expandir a estrutura Judiciária
- XIII-- Alterar a metodologia do Índice de Carência de Vara-ICV
- XIV- Oferecer consultoria às unidades judiciárias dos 1º e 2º graus de jurisdição
- XV- Disponibilizar ferramentas de Business Intelligence- BI para melhor gerenciamento de atividades
- XVI- Reestruturar o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística- DPGE
- XVII- Reestruturar a unidade de auditoria interna
- XVIII - Elaborar o Estatuto de Auditoria Interna do PJPA
- XIX- Elaborar o Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI)



9.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantação da política de governança institucional

9.1.1 Implantar Política de Governança de Contratações.

RESPONSÁVEL: Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor de Planejamento, Gestão e Estatística

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Etapas em estudo para inicializar a política. Portaria assinada pela Presidente do TJPA e publicada no DJe de 12/11/2021 com designação do grupo de trabalho; foi realizado um levantamento nos sites dos demais Tribunais de Justiça, foi feita reunião com grupo de trabalho em 18/03/2022, via Teams, para orientações iniciais. Nova reunião agendada para 06/04/2022 para apresentação da primeira versão da minuta. Resolução finalizada e revisada pelo Grupo de Trabalho, encaminhada à Presidência por meio do Sigadoc nº PA-MEM-2022/26323.

9.1.2 Aperfeiçoar a metodologia de monitoramento das ações e seus reflexos nos indicadores do Planejamento Estratégico.

RESPONSÁVEL: Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor de Planejamento, Gestão e Estatística

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi produzido relatório com a indicação de 7 indicadores que poderão ser monitorados e controlados de forma que o TJPA consiga prever resultados e propor soluções que culminem com o alcance dos objetivos propostos. Indicadores a serem monitorados: Icele, Meta 1, Meta 2, total de julgados, IAD, IC, ReaCej; Foi realizada reunião para análise e definição dos parâmetros de análise para o monitoramento. Quanto ao monitoramento e controle dos indicadores, no dia 17/08/21 foi feita a primeira apresentação dos resultados à Presidente, com destaque para os seguintes indicadores: Julgamentos, Baixas, Casos novos, Digitalização (Icele). No dia 02/09/21 foi feita a segunda apresentação dos resultados à Presidente, com destaque para os



seguintes indicadores: Julgamentos, Baixas, Digitalização (Icele), estimativa de mês a mês a partir de agosto até abril de 2022; e dia 23/11/21 foi feita a terceira apresentação dos resultados à Presidente, com destaque para os seguintes indicadores: Resultados das Metas Nacionais (destaque para o cumprimento das Metas 4 e 8), Baixas (evolução do PIB), Teletrabalho, Resultado do GAS – Novembro, Resultado dos Macrodesafios; no dia 25/01/22 foi feita a quarta apresentação dos resultados à Presidente, com destaque para os seguintes indicadores: Resultados das Metas Nacionais de 2021 (destaque para o cumprimento das Metas 4 e 8), com perspectiva de pontuação para o Prêmio CNJ de Qualidade 2022, Baixas (evolução do PIB e total de baixas em 2021), Resultado do GAS – 2021, Digitalização; no dia 22/02/22 foi feita apresentação dos resultados do PIB em 2021 e perspectiva de baixas em 2022 para a equipe do PIB e GAS. Estabelecido formato de monitoramento dos indicadores. Foi Elaborado painel com os indicadores do planejamento estratégico, que incluem métricas de produtividade. Foi elaborado guia de procedimento analítico de monitoramento e controle.

9.1.3 Implantar o Sistema Normativo Administrativo- SINAD-TJPA.

RESPONSÁVEL: Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor de Planejamento, Gestão e Estatística

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Para elaboração da Política do Sistema Normativo Administrativo, foi desenvolvido o Mapa conceitual, um Fluxograma, o Manual do siglário, Minuta da Portaria, Modelos, a Matriz de documentos normatizados e Matriz de controle de demandas. Para validação do SINAD com a alta gestão, foi feita apresentação da Política do Sistema Normativo Administrativo. Foi realizado o alinhamento com a secretaria de informática para estruturação do ambiente web; também foi elaborada a minuta da portaria e foi realizada a elaboração e execução do plano de comunicação para sensibilizar as Unidades Administrativas sobre a implantação do SINAD-TJPA com a criação de uma cartilha que irá apresentar o SINAD aos usuários.



9.1.4 Aprimorar a Gestão da Memória e Documental

RESPONSÁVEL: Pollyanna Pires, Diretora do Departamento de Documentação e Informação

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foram elaboradas minutas da Política e do Programa de Gestão da Memória; foi feita a revisão da minuta pela assessoria jurídica da presidência; foi realizada a revisão, assinatura e aprovação da minuta pela presidente Desa. Célia Regina de L. Pinheiro; foi encaminhada a minuta de Resolução da Política de Gestão da Memória à COJ. Também foi elaborada a minuta da Política e do Programa de Gestão Documental; foi feita a revisão da minuta pela assessoria jurídica da presidência e a revisão, assinatura e aprovação das minutas pela presidente Desa. Célia Regina de L. Pinheiro; foi encaminhamento da minuta de Resolução da Política de Gestão Doc. à COJ. Foi feita a implantação do sistema Arquivemática e a implantação do sistema Atom.

9.1.5 Implantar painel da movimentação funcional

RESPONSÁVEL: Maycon Seabra da Rocha, Chefe da Divisão de Apoio Técnico-Jurídico da Presidência.

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizado o cruzamento de dados do Mentorh com a tabela já existente em access (Controle de Magistrados) desta DATJP, e foi desenvolvido de uma ferramenta no Power Bi, promovendo a visualização das informações pela Presidência.

9.1.6 Implantar Laboratório de Inovação

RESPONSÁVEL: Charles Menezes Barros, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência do TJPA.

(Concluída) ✓



DESEMPENHO: Foi implantado o laboratório de inovação do TJPA-Lab.Paidegua, os laboratoristas foram capacitados, foi criada página web no site do tribunal e estão em andamento projetos inovadores.

Foi instituído o Laboratório de Inovação do Poder Judiciário do Estado do Pará, vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com o fito de elaborar e implementar o programa de gestão da inovação de que trata a Resolução CNJ nº395, de 7 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, conforme Portaria Nº 2.924/2021-GP, de 31 de agosto de 2021.

Foram designados os membros do laboratório de inovação, conforme portarias: Portaria nº 570/2022, de 15 de fevereiro de 2-22; Portaria nº 1085/2022, de 31 de março de 2022; Portaria nº 1090/2022, de 9 de junho de 2022. Foi criada página web do Lab.Paidegua com o objetivo de estimularmos a busca de soluções inovadoras para superar nossos problemas, criando um permanente canal de comunicação para debate de ideias. Incentivamos a cultura da inovação. Analisamos as propostas interpostas, discutindo-as através do Design Thinking para desenvolver produtos e serviços que possam ser aplicados no âmbito do Poder Judiciário paraense.

O Curso de Formação em Inovação foi realizado nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 2022 pela Escola Judicial do Pará.

Curso com carga horária de 24 horas-aula. Foram ofertadas 33 vagas e teve como objetivo capacitar os laboratoristas do Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Lab Pai D'égua, e extensivo a magistrados(as) e servidores(as) com interesse na temática da inovação.

Foi elaborado o projeto Justiça sem Fronteiras que tem como escopo fornecer às comunidades distantes dos fóruns e de difícil acesso um local adequado, acessível e seguro com a finalidade de integrar os usuários dos serviços jurisdicionais ao sistema de justiça. Esse espaço favorece ao permitir a participação em audiências remotas; obtenção de informações; contato direto com a equipe da vara, bem como outros benefícios, sem precisar se deslocar à sede do Fórum.

É conhecida a dimensão geográfica do Estado do Pará, bem como a necessidade muitas vezes do cidadão se deslocar mais de 200km ou navegar dias de barco para se dirigir à sede do fórum.



Tal projeto, portanto, visa levar a jurisdição ao cidadão, em especial, aos excluídos digitais, parcela ainda significativa levando em consideração o IDH, notadamente, na região norte do país; bem como impactar na ODS-16 da ONU, isto é, o acesso à justiça.

9.1.7 Implementar ações para melhoria da gestão de precatórios e celeridade na efetivação dos pagamentos

RESPONSÁVEL: Charles Menezes Barros, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência do TJPA.

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: No ano de 2021, foram emitidos 1.117 alvarás de pagamento, sendo pagos R\$ 90.095.734,58 (noventa milhões, noventa e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos). No ano 2022, foram revisados os fluxos com o intuito de otimizar os pagamentos, o que resultou em 1.731 alvarás emitidos, sendo pagos o montante de R\$ 181.799.715,72 (cento e oitenta e um milhões, setecentos e noventa e nove mil, setecentos e quinze reais e setenta e dois centavos, até 25 de outubro de 2022. Em relação aos recursos destinados exclusivamente para acordo direto (art. 102, § 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), no ano de 2021 foram realizadas duas chamadas para acordo, resultando em 21 acordos com o Estado do Pará e 03 acordos com o Município de Belém. Em 2022, foram realizadas novamente duas chamadas, resultando em 59 interessados em acordo com o Estado do Pará; o que ocasionou uma economia de R\$ 4.696.733,23 (quatro milhões, seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e três centavos) aos cofres públicos. Já os acordos realizados pelo Município de Belém resultaram na economia de R\$ 5.433.788,66 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e três mil e setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos) aos cofres públicos.

9.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoamento da infraestrutura do Poder Judiciário



9.2.1 Aprimorar o Índice de Prioridade de Obras- IPO.

RESPONSÁVEL: Silene Bessa C. de S. Menezes, Secretária de Engenharia e Arquitetura

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Informações quanto ao "Número de processos" e "População/jurisdição" incorporadas ao IPO. Implantação de diversas melhorias e disponibilização das informações atualizadas para toda a equipe da SEA através do compartilhamento de planilhas online que permitem diversos tipos de consultas e o cruzamento com outras informações dos imóveis do TJPA.

9.2.2 Aprimorar procedimentos de manutenção predial.

RESPONSÁVEL: Silene Bessa C. de S. Menezes, Secretária de Engenharia e Arquitetura

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi elaborado o Guia de Gestor de Prédios, focado na manutenção e conservação do imóvel e aplicável aos diversos imóveis do TJPA, o guia foi publicado na página da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, disponíveis no Portal Interno e no Portal Externo do TJPA e foi encaminhado para divulgação na página do portal interno do TJPA (PA-MEM-2021/47009).

9.2.3 Expandir a Segurança Armada para todos as Comarcas do Estado do Pará

RESPONSÁVEL: Cel. André Carlos Paulo de Oliveira, Coordenador Militar

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Postos efetivados. Contrato em fase de avaliação da prestação de serviço



9.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento da gestão do 1º Grau de Jurisdição

9.3.1 Implantar Núcleo de Justiça 4.0

RESPONSÁVEL: Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor do DEPGE

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Elaboradas 02 minutas de Portarias para instituição dos Núcleos de Justiça 4.0, para apreciação da Presidência.

Assinado termo de cooperação entra o TJPA e o CNJ em evento presencial realizado em Belém, no dia 30 de novembro de 2021.

02 Núcleos de justiça 4.0 instituídos:

1) Núcleo de Justiça 4.0 - Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS) 1º Grau - Portaria nº 1129/2022-GP (disponível em <https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1067282>);

2) Núcleo de Justiça 4.0 - Meta 4 - Portaria nº 1131/2022-GP (disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1067306>).

9.3.2 Expandir a estrutura Judiciária

RESPONSÁVEL: Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor do DEPGE

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Aprovada Resolução 15/2022, que dispõe sobre a instalação de mais uma Vara na Comarca de Dom Eliseu e a alteração da nomenclatura e da competência da Vara Única da Comarca de Dom Eliseu. E aprovada Resolução 14/2022, que dispõe sobre a instalação de mais uma Vara na Comarca de São Félix do Xingu e a alteração da nomenclatura e da competência da Vara Única da Comarca de São Félix do Xingu.

Em julho de 2022 foi entregue à Presidência do Tribunal análise sobre a composição da demanda e do acervo por área (cível e criminal), de forma a prevê possível acervo a ser incorporado pela futura Vara Cível de Dom Eliseu e pela futura Vara Criminal de Dom Eliseu.

A futura Vara Criminal de Dom Eliseu provavelmente será instalada com 3 mil processos, enquanto a Vara Cível de Dom Eliseu assumirá em torno de 7 mil



processos, sendo 3 mil deles versando sobre direito do consumidor. A expansão em Dom Eliseu é fruto de várias análises anteriores produzidas pelo DEPGE, como a reproduzida no expediente TJPA-EXT-2021/01382, reforçando a necessidade de instalação da unidade criada por meio da Lei nº 7.768/2013.

Em julho de 2022 foi entregue à Presidência do Tribunal análise sobre a composição da demanda e do acervo por área (cível e criminal), de forma a prever possível acervo a ser incorporado pela futura Vara Cível de São Félix do Xingu e pela futura Vara Criminal de São Félix do Xingu.

A futura Vara Criminal de São Félix do Xingu provavelmente será instalada com 3 mil processos, enquanto a Vara Cível de São Félix do Xingu assumirá em torno de 4 mil processos.

A expansão em São Félix do Xingu é fruto de várias análises anteriores produzidas pelo DEPGE, como a reproduzida no expediente TJPA-EXT-2021/00279, reforçando a necessidade de instalação da unidade criada por meio da Lei nº 7.768/2013.

9.3.3 Alterar a metodologia do Índice de Carência de Vara -ICV

RESPONSÁVEL: Gleison Augusto Gomes, Coordenador de Controle de Indicadores e Metas

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Após longo trabalho, o DEPGE conseguiu atualizar os parâmetros de análise do Índice de Carência de Varas, para considerar que quanto maior o ICV, maior a prioridade para expansão, dando maior poder decisão ao Gestor do Tribunal de Justiça.

Com a aprovação da Resolução nº 18/2022-GP, a sociedade passa a conhecer melhor o horizonte de expansão do Poder Judiciário, levando em conta a demanda processual e a possibilidade orçamentária do tribunal.

O novo texto já está publicado no Portal da Transparência.

Nesta primeira etapa foram eleitas as seguintes variáveis para fins de cálculo do ICV:

1. Média de casos novos: o fluxo processual foi desconsiderado (relação entre os processos distribuídos e os julgados);



2. Produto Interno Bruto (PIB): antes era considerado o PIB per capita;

3. População.

A Média de casos novos (conforme parametrização do JN) leva em conta os últimos três anos.

A informação sobre PIB e População é sempre a mais recente disponibilizada pelo IBGE.

Os dados referentes à população e ao PIB foram extraídos diretamente do site do IBGE. Os dados relativos aos casos novos, foram obtidos diretamente da base de dados do TJPA. Todas essas informações tiveram o escopo de embasar a nova metodologia do ICV.

Em janeiro/23 será realizada nova coleta para fins de atualização. A alteração do ICV manteve a regra de pesos do cálculo anterior:

1. Média de casos novos: peso 6.

2. População: peso 3

3. PIB: peso 1.

Diferentemente do que dispunha o parágrafo 3º da Resolução 16/2010, o novo texto considera que quanto maior o Índice, maior a prioridade de expansão.

A construção da minuta levou em conta o texto original da Resolução nº 16/2010, levando em conta o objetivo específico de alterar o sentido do indicador que assim dizia: “quanto menor for o valor do ICV-TJPA, maior será a necessidade de criação de varas” para: “quanto maior for o valor do ICV-TJPA, maior será a necessidade de criação de varas”. Também houve a necessidade de simplificar o cálculo, com a retirada do fluxo processual para considerar apenas a média de demanda dos últimos 3 anos por unidade.

Conforme solicitação feita originalmente pela OAB, por meio do expediente TJPA-EXT-2021/04197, a atualização do ICV 2022 foi publicada no Portal da Transparência do TJPA, já com as novas regras de cálculo estabelecidas pela Resolução nº 18/2022.

A publicação no Portal da Transparência permite à sociedade acompanhar o horizonte de expansão do TJPA, levando em conta fundamentalmente a demanda processual e as possibilidades orçamentárias do Poder Judiciário estadual.



9.3.4 Oferecer consultoria às unidades judiciárias dos 1º e 2º graus de jurisdição

RESPONSÁVEL: Luciana Sá Fernandes, Coordenadora de Gestão Estratégica

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Visitas presenciais e remotas em mais de 80 unidades judiciárias para orientações e esclarecimentos sobre o painel de gestão judiciária, diagnóstico e apoio na elaboração de plano de ação. Realizado monitoramento dos Planos de Ação apresentados para as unidades que participam do Workshop de apresentação do Painel de Gestão Judiciária. O acompanhamento é feito através do histórico do IEJUD a partir do momento em que as unidades recebem o plano de ação, a partir de então a Coordenadoria de Gestão Estratégica inicia um monitoramento e orientação para que as unidades alcancem as metas do IEJUD.

Realizada planilha de acompanhamento mensal da pontuação do IEJUD.

Foi realizada a publicação de repositórios, conforme as regras do CNJ estabelecem.

9.3.5 Disponibilizar ferramentas de Business Intelligence -BI para melhor gerenciamento de atividades

RESPONSÁVEL: Gerson Medeiros da Silva, Coordenador de Estatística

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi construído o Painel de monitoramento de depuração do BNMP – Depurômetro, o painel de acompanhamento do Programa de Incremento de Baixa Processual – PIB, o painel de Gestão de atividades (Área Judiciária), o painel estatístico, o painel de gerenciamento de mandados, o painel de projetos e o painel do Plano de Logística Sustentável – PLS. Além da ampliação de novas funcionalidades do Painel de Gestão Judiciária.

9.4 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento das Estruturas administrativas e jurisdicionais



9.4.1 Reestruturar o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística- DEPGE

RESPONSÁVEL: Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor do DEPGE

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Reestruturação do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, com a seguinte composição: Coordenadoria de Gestão Estratégica; Coordenadoria de Estatística; Coordenadoria de Controle de Indicadores e Metas; e Coordenadoria de Gestão de Processos e Riscos, além da Assessoria Técnico-Administrativa, de apoio gerencial à Direção.

Minuta de anteprojeto elaborada e entregue à Presidência. Proposta de Anteprojeto de Lei encaminhada. Monitoramento realizado. Lei sancionada.

9.4.2 Reestruturar a unidade de auditoria interna

RESPONSÁVEL: Tiago Silva Guimarães, Secretário de Auditoria Interna

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Reestruturação da unidade de auditoria interna do TJPA. Secretaria de Controle Interno transformada em Secretaria de Auditoria Interna. Minuta de anteprojeto elaborada e entregue à Presidência. Proposta de Anteprojeto revisada pelo COJ e aprovada pelo Pleno do TJPA. Proposta de Anteprojeto de Lei encaminhada. Projeto de Lei aprovado. Lei sancionada.

9.4.3 Elaborar o Estatuto de Auditoria Interna do PJPA

RESPONSÁVEL: Tiago Silva Guimarães, Secretário de Auditoria Interna

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Estatuto de Auditoria Interna aprovado por meio da Resolução nº 10/2022. Minutas de Resolução e de Estatuto elaboradas. Proposta encaminhada. Minutas revisadas e aprovadas. Resolução e Estatuto aprovados pelo Pleno do TJPA.



9.4.4 Elaborar o Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI)

RESPONSÁVEL: Tiago Silva Guimarães, Secretário de Auditoria Interna

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Minutas de Portaria e Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna. Minutas encaminhadas à Presidência. Programa aprovado pela Portaria nº 242/2021 – GP.

10 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

COORDENADORA: Maria de Lourdes Carneiro Lobato, Secretária de Gestão de Pessoas

PERSPECTIVA: Aprendizado e Crescimento

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 5

AÇÕES: 10 concluídas

ETAPAS: 45

EXECUÇÃO: 100%

Ações:

- I- Implantar o modelo de Gestão por Competência.
- II-Automatizar o processo admissional de magistrados, servidores e estagiários
- III-Realizar estudo para embasar a lotação paradigma das Unidades de Processamento Judicial-UPJs e das equipes multidisciplinares
- IV-Aprimorar o sistema de avaliação de desempenho
- V-Implantar processo de desligamento de pessoal
- VI-Implantar política de governança e gestão de pessoas
- VII-Otimizar o concurso de remoção de servidores
- VIII-Fomentar melhoria da qualidade da saúde de magistrados e servidores
- IX-Implementar política de sucessão de cargos com foco em liderança



X-Implementar ações para valorização de magistrados(as), servidores(as), em exercício, no âmbito do PJPA

10.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantação de Modelo de Gestão por Competências

10.1.1 Implantar o modelo de Gestão por Competência.

RESPONSÁVEL: Jean Karlo Quintela de Souza, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoal

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Contratação da empresa: iniciado o processo sob número PA-PRO-2021/00819. DOD e Estudos Preliminares concluídos.

10.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Melhoria nos métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas

10.2.1 Automatizar o processo admissional de magistrados, servidores e estagiários.

RESPONSÁVEL: Francisco de Assis Pinto Neto, Chefe da Divisão de Administração de Pessoal

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: As regras de negócio que nortearão o funcionamento do módulo foram definidas e já estão sendo implementadas pela Equipe de Informática, foram importadas as listas de aprovados da organizadora do concurso. Será uma atualização constante mesmo após a conclusão da ação. Quanto ao treinamento de servidores e realização de testes internos de funcionamento do módulo, informa-se que o módulo de convocação está pronto e sendo realizadas melhorias com os testes que estão sendo realizados. Além de aperfeiçoamento em paralelo da ferramenta do cadastro-web.



10.2.2 Aprimorar a lotação paradigma com foco nas Unidades de Processamento Judicial- UPJs e nas equipes multidisciplinares.

RESPONSÁVEL: Francisco de Assis Pinto Neto, Chefe da Divisão de Administração de Pessoal

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizada pesquisa das normas relativas à lotação paradigma e formação de equipe multidisciplinar, também foi realizada a apuração histórica de casos novos e baixas processuais de todas as unidades que compõem as UPJs atualmente existentes, a partir de cada ano de criação. Foram realizadas 8 reuniões de trabalho para análise e discussão dos dados, bem como a elaboração de relatório. Para a realização dos grupos focais, as reuniões foram agendadas.

10.2.3 Aprimorar o sistema de avaliação de desempenho.

RESPONSÁVEL: Jean Karlo Quintela de Souza, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoal

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foram levantadas as principais metodologias recomendadas pelos especialistas da área, analisando-se qual a que melhor se adaptaria à realidade do TJPA, chegou-se à conclusão de que serão utilizados 04 indicadores na avaliação de desempenho, descritos abaixo, seus nomes e respectivos pontos:

I - Capacitação em competências estratégica (40 pontos);

II - Produtividade (30 pontos);

III - Mérito funcional (20 pontos);

IV - Absenteísmo (10 pontos).

Capacitação em competências estratégica (peso de 40 pontos), calculado a partir de horas cumpridas em treinamentos correlatos às funções exercidas pelos servidores



Produtividade (peso de 30 pontos), Indicador que tem por base metas individuais.

Mérito funcional (peso de 20 pontos), Avaliação já praticada pelo TJPA, que tem por base análise da chefia imediata e autoavaliação.

Absenteísmo (peso de 10 pontos), mede a ausência do servidor, com a seguinte proposta de pontuação: o servidor inicia o mês com 10 pontos; cada 06 horas ausentes perde 0.1 ponto; cada 60 horas ausentes perde 1.0 ponto, foi feita uma simulação do cálculo do Absenteísmo no Power BI. Os Índices, formulários e critérios foram definidos, e a minuta da nova regulamentação foi concluída, encaminhada para análise jurídica. Foi elaborado o desenho do sistema e encaminhado através do Siga-Doc PA-MEM-2022/28717.

10.2.4 Implantar processo de desligamento de pessoal.

RESPONSÁVEL: Carolina Queiroz Monteiro, Chefe do Serviço de Apoio Psicossocial

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi apresentado projeto à SGP para apreciação, foi elaborado um instrumento no modelo do TJPA, a proposta de fluxo já foi apresentada no projeto. Projeto aprovado pela Secretária de Gestão de Pessoas. Acordada sua implantação imediata a partir do encaminhamento dos casos de desligamento da SGP para o Serviço de Apoio Psicossocial.

10.2.5 Implantar política de governança e gestão de pessoas.

RESPONSÁVEL: Hellen Geysa da Silva Miranda Brancalhão, Assessora da SGP

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizado levantamento teórico e metodológico, consultando a literatura atual e a regulamentação do tema em outras organizações. Normativo de governança e da estrutura em Gestão de Pessoas:



minuta inicial encaminhada para avaliação da Secretária de Gestão de Pessoas e outros técnicos. Minuta encaminhada ao Gabinete da Presidência em 03/05/2021, por meio do Siga-Doc PA-MEM-2021/15138-A.

10.2.6 Otimizar o Concurso de Remoção de Servidores.

RESPONSÁVEL: Hellen Geysa da Silva Miranda Brancalhão, Assessora da SGP

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: As regras foram definidas para inserção no sistema; regras repassadas para o técnico da informática e parametrizadas na área de treinamento do sistema; sistema em fase de testes das regras inseridas.

10.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento da política de atenção à saúde e qualidade de vida

10.3.1 Fomentar melhoria da qualidade da saúde de magistrados e servidores.

RESPONSÁVEL: Manoel de Christo Alves Neto, Coordenador de Saúde

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Para a promoção de ações para a redução da incidência das 5 principais patologias causadoras de afastamento, foi elaborada cartilha sobre saúde no ambiente de trabalho, com ênfase na ergonomia, publicada no dia 26/02/2021. Foram realizadas entrevistas sobre o Janeiro Branco - Prevenção à Saúde Mental (15/01), sobre o combate ao abuso de drogas e alcoolismo (22/02), foram realizadas campanha de Reforço de Prevenção à Pandemia, (23/04), com a publicação de 1 Guia de vacinação contra a Covid-19. campanha de Reforço de Prevenção à Pandemia, (23/04), com a publicação de 1 Cartilha de Cuidados com a Saúde Mental na pandemia, campanha de Reforço de Prevenção à Pandemia (23/04), com a publicação de 2 cartazes de orientação sobre prevenção à covid-19, campanha de Reforço de Prevenção à Pandemia, (23/04), com a publicação de 1 folder sobre Saúde Mental e Pandemia, também



foram feitas entrevistas sobre o Dia Mundial do Rim (26/04), sobre a saúde mental de mulheres (27/04), entrevista sobre o Dia Nacional da Saúde e Qualidade de Vida (29/04) e também um Webinário sobre "Luto em tempos de pandemia" (21/5). Foi feito uma Live sobre "Saúde Mental Infantil" no dia 08/02/2021; foram feitas também: um cartilha sobre Folia em casa, com orientações sobre cuidados com a pandemia no carnaval; um cartilha sobre saúde no ambiente de trabalho, com ênfase na ergonomia, publicada no dia 26/02/2021; entrevista sobre Saúde da Mulher (12/04/2021); folder sobre Saúde Bucal com orientações de escovação, higienização da língua e uso de enxaguatório bucal (29/04/2021); campanha de Reforço de Prevenção à Pandemia (23/04), com a publicação de 2 cartazes de orientação sobre prevenção à covid-19; entrevista sobre o Tabagismo (maio/2021); entrevista sobre o Uso racional de medicamentos (09/06/2021); entrevista sobre Testamento Vital (14/06/2021); entrevista sobre Segurança no Trabalho(02/07/2021); entrevista sobre Hepatites: causas e prevenção(12/07/2021); entrevista sobre "O papel das enfermeiras e enfermeiros na pandemia da covid-19" (02/08/2021); campanha de vacinação contra Influenza no Fórum Cível de Belém, no edifício-sede e no Fórum de Icoaraci; sessões de Ginástica Laboral nos setores administrativos e judiciais do TJPA (de fevereiro a setembro de 2021); cartilha sobre imunização contra H1N1 (09/08/2021); Sensibilização de setores administrativos e judiciais para agendamento de sessões de ginástica laboral (27/08/2021).

No ano de 2022 para a promoção de ações de qualidade de vida, arte, esporte, segurança e saúde do trabalho e sustentabilidade, enumera-se: Cartilha Saúde no Trabalho (10/01/22); Artigo "As IST's no dia a dia";

Orientações de prevenção à COVID-19 no portal (12/01/22);

Encontro Virtual de "Wellness Class" em parceria com a Secretaria de Administração (14/01/22); Entrevista WebRadioJus - Vanda Gonçalves - Janeiro Branco: alerta sobre o uso de medicamentos sem prescrição (17/01/22);

Roda de Conversa Online - Saúde Mental - "Ter Pensamentos, Sentimentos e Ações é o melhor remédio" (19/01/22); Publicação Portal - Medidas de Prevenção ao coronavírus e influenza devem ser mantidas) (21/01/22);

Entrevista WebRadioJus - Janeiro Branco - Rita de Cássia - Saúde Mental (24/01/22); Cartilha Janeiro Branco - Higiene do Sono e e Técnicas de



Relaxamento - Efraim/Carol (27/01/2022); Entrevista WebRadioJus - Atividade física na pandemia - Marcelo Moraes - (04/02/22); Cartilha Feriado com consciência - Marcelo Moraes - (25/02/22); Temas de saúde - Web radio jus - Importância do sono -Carolina Monteiro - (07/03/22); Campanha Dignidade Feminina - Arrecadação absorventes de 08 a 28 de março de 2022 - (10/03/22); Roda de conversa - Dia internacional da mulher - sexualidade feminina - Maria Ivone - (18/03/22); Campanha doação de sangue - (23/03/22); Roda de conversa - Mulher e a gestão de finanças - (24/03/22).

Para aperfeiçoamento do sistema de comunicação e divulgação das ações, há veiculação de notícias no portal interno, externo e em banners. Quanto à automatização das informações referentes ao índice de absenteísmo por adoecimento e ao índice de comparecimento aos exames periódicos de saúde, informa-se: reunião com as equipes da Coordenadoria de Saúde para identificar as necessidades relativas aos índices a serem automatizados; definição de metodologia de cálculo dos índices a serem automatizados; atualização dos dados de absenteísmo e de Exames Periódicos de Saúde em planilha de excel até agosto de 2021; atualização dos dados de absenteísmo e de Exames Periódicos de Saúde em planilha de excel até novembro de 2021; a SGP enviará view's até o dia 10/12 para a informática ter acesso aos dados de Absenteísmo. Para fortalecimento da realização dos Exames Periódicos de Saúde foi feito contato com Laboratório de exames clínicos para programação de coleta dos mesmos;

planejamento de uma ação-piloto dos Exames Periódicos de Saúde para posterior avaliação e ampliação da ação; encaminhamento dos dados solicitados pelo Laboratório para planejamento da coleta; planejamento, divulgação e execução dos Exames Periódicos de Saúde para os servidores dos Serviços Médico e Odontológico do TJPA; planejamento, divulgação e execução dos Exames Periódicos de Saúde para os servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA; planejamento dos Exames Periódicos de Saúde para os servidores da Vara de Execução Penal do TJPA; renovação do Convênio nº. 005/2020, celebrado entre o Tribunal de Justiça e a empresa Amaral Costa Medicina Diagnóstica para realização dos exames periódicos dos magistrados e servidores do TJPA, sob o número PA-MEM-2021/46722; planejamento e divulgação dos Exames Periódicos de Saúde para os servidores de Fórum



Criminal da Capital, incluindo a Vara de Execução Penal, que não pode participar no período inicialmente programado; elaboração de cartilha informativa sobre os Exames Periódicos de Saúde.

Para conscientização dos gestores da área jurídica e administrativa sobre a importância da participação nas ações de saúde foi elaborado o Projeto "Conversando com o interior"; e submetido à Secretaria de Gestão de Pessoas para avaliação e manifestação com posterior submissão à Presidência do TJPA; estímulo à Direção do Fórum Distrital de Icoaraci para realização da Campanha de vacinação contra H1N1 (CAMPANHA REALIZADA); estímulo à Direção do Fórum Cível de Belém para realização da Campanha de vacinação contra H1N1 (CAMPANHA REALIZADA); estímulo à Direção do Fórum Criminal de Belém para realização da Campanha de vacinação contra H1N1 (CAMPANHA REALIZADA); estímulo às Direções dos Fóruns do Interior do Estado a buscarem parcerias com as Secretarias Municipais de Saúde para realização da Campanha de vacinação contra H1N1.

10.4 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoamento da formação de magistrados e servidores

10.4.1 Implementar política de sucessão de cargos com foco em liderança.

RESPONSÁVEL: Jean Karlo Quintela de Souza, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoal

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi feito estudo de casos de sucesso, foi definida a melhor metodologia, foi iniciada a redação da minuta de normativo que irá definir a política, foi feito levantamento dos cargos elegíveis.

10.5 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Promover políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras



10.5.1 Implementar ações para valorização de magistrados(as), servidores(as), em exercício, no âmbito do PJPA

RESPONSÁVEL: Maria de Lourdes Carneiro Lobato, Secretária de Gestão Pessoas

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Elaborado e aprovado ato normativo. Elaborado projeto de lei. Pagamento efetivado.

11 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Coordenador: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

PERSPECTIVA: Aprendizado e Crescimento

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 2

AÇÕES: 4 concluídas

ETAPAS: 33

EXECUÇÃO: 100%

Ações:

I-Implementar Sistema de Gestão de Custos

II-Promover a modernização tecnológica da gestão orçamentaria e financeira

III-Aprimorar a gestão da arrecadação

IV-Apoiar a modernização da gestão das Serventias Extrajudiciais

11.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantação da Política de Qualidade dos Gastos

11.1.1 Implementar Sistema de Gestão de Custos.

RESPONSÁVEL: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

(Concluída) ✓



DESEMPENHO: Foram realizados estudos e levantamentos necessários à conclusão do sistema de gestão de custos; também houve a elaboração de Portaria instituindo o Comitê de Monitoramento e Avaliação da Qualidade dos Gastos do Poder Judiciário e a Comissão de Gestão de Custos. Quanto à integração do sistema GRP do TJPA com o SIAFEM já foi realizada a implantação do reforço e da anulação do empenho com a integração do SIAFEM, também já foi realizada a integração com a Nota de Liquidação, faltando somente a integração com a Ordem de Pagamento. Foram realizados também:

1. Aperfeiçoamento na operacionalização da emissão de empenho da despesa através do processo de integração GRP e SIAFEM;
2. Aperfeiçoamento na integração da folha de pagamento via GRP/SIAFEM;
3. Simplificação do fluxos de empenho e pagamento das despesas de perícia e de diárias;
4. Eliminação de etapas repetitivas no andamento de processos de solicitação de empenho e pagamento;
5. Início da integração de informação entre o sistema de arrecadação e GRP com demonstração do fluxo da receitas;
6. Retomada de tratativas técnicas para integração dos documentos de liquidação e ordem bancária entre GRP e SIAFEM/PRODEPA;
7. Aperfeiçoamento do sistema de solicitação de diárias e passagens para integrar ao GRP;
8. Lançamento de versão atualizada do sistema GRP, ambiente homologação e produção, com a funcionalidade nota de liquidação, e geração do primeiro documento NL pelo DEFIN com envio ao SIAFEM para efeito de testes de integração. Os testes já foram iniciados pelas equipes técnicas da PRODEPA em conjunto com a empresa Thema/Polis.;
9. Retomada de reuniões do grupo técnico para implantação do Sistema de Custos e articulação com a empresa Thema Polis visando levantamento da eventuais pendências e dificuldades para implementação do referido módulo;
10. Reunião realizada em março/2022 com definição de etapas de parametrizações necessárias no módulo de custos;
11. Solicitações diversas ao atendimento técnico da Thema/Polis para ajuste de erros e inconsistências na operacionalização do GRP;
12. As informações de liquidação da despesa, considerando o início da integração da NL, já estão sendo refletidas no módulo BI do GRP que possibilita a geração de painéis gerenciais.
13. Articulação em parceria entre as equipes SEPLAN e Executivo/SEFA/PA que possibilitou viagem institucional a cidade de Porto Alegre/RS para visitar a SEFAZ/Rs e



TJRS para conhecer a experiência de fluxos e rotinas e normatizações relacionadas a execução financeira, patrimonial e gestão de custos dos dois entes; 14. Articulação para viabilizar a integração do sistema GRP e o futuro sistema SIAFI do Executivo Estadual que possui previsão para iniciar em 2023; 15. Articulação para futura viagem com previsão para o final de julho, aos estados do Ceará e Santa Catarina com o mesmo intuito de conhecer as boas práticas e rotinas da SEFAZ/CE e TJCE. Foi feita a definição dos itens de custo na ferramenta GRP-Thema. Para capacitação das equipes técnicas de orçamento e gestão em análise de custos, foi feito estudo do conteúdo programático; Levantamento de entidades parceiras; Formalização para a EJPA; Projeto Elaborado; Contratação de professor pela EJPA. Formalização à Escola Judicial para a realização de parceria com outras instituições ou diretamente por professores para ministrar o curso. Identificação e mapeamento das necessidades de capacitação. Realização do Curso pela EJPA no período de 05/04 a 19/04/2022. Para implantação do BI de Gestão de Custo foram incluídas todas as despesas. Para regulamentação da utilização do Sistema de Gestão de Custos foi elaborada Portaria instituindo o Comitê de Monitoramento e Avaliação da Qualidade dos Gastos e da Comissão de Gestão de Custos.

11.1.2 Promover a modernização tecnológica da gestão orçamentaria e financeira

RESPONSÁVEL: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizado a geração de notas de empenho no GRP com integração ao SIAFEM; o início da geração de notas de liquidação através na integração; o início do estudo técnico por parte das equipes da empresa Polis/Thema, TJPA, PRODEPA, objetivando a integração do documento Ordem bancária; foi realizada a definição da equipe de servidores que ficará responsável pela triagem inicial de processos encaminhados ao Departamento Financeiro; e o início da rotina de recebimento de demandas centralizada no DEFIN para



distribuição às unidades vinculadas com análise quanto ao tempo médio necessário para definição de prazos para as etapas do processo de pagamento da despesa; foi feita avaliação e ajustes quanto à rotina de controle de demandas enviadas ao DEFIN. também foi solicitado treinamentos a empresa Polis/Thema para demonstração de funcionalidades do módulo "liquidação" e "Conciliação Bancária no GRP"; foi feito o mapeamento do fluxo de rotinas e processos das unidades do DEFIN e início da criação de modelo de guia de execução; foi feita a organização de manuais das rotinas das unidades do Departamento Financeiro considerando as alterações implementadas no processo de execução da despesa: empenho, liquidação e pagamento. Foi iniciado o estudo sobre o impacto da obrigatoriedade de implementação do E-Social e DCTF-Web nas rotinas de pagamento das despesas; foi feita capacitação da equipe técnica na utilização do sistema e-Social;

foi dado início e adequação de novo fluxo do processo de liquidação da despesa considerando a integração do documento nota de liquidação via GRP e SIAFEM; foi dado início à operacionalização de retenções fiscais de pessoa física e jurídica em atendimento ao sistema RFB-SPED-REDEINF com obrigatoriedade de envio de informações para agosto/2022. Por fim, foi dado início às tratativas para solução da integração de ordens bancárias com modernização da rotina.

11.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Otimização da Gestão Orçamentária e Financeira

11.2.1 Aprimorar a gestão da arrecadação.

RESPONSÁVEL: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizada elaboração das ações que integram a política de arrecadação; a realização de Diagnóstico dos Sistemas a integrar; foi feita a identificação de necessidades de capacitação; identificação de Sistemas a integrar;



foi feita a construção de ferramenta de acompanhamento do desempenho da arrecadação. Quanto à reestruturação das UNAJs foi realizado diagnóstico da estrutura de funcionamento destas; foi feita elaboração de proposta de reestruturação das UNAJs, (diagnóstico concluído). Foi elaborada a NOTA TÉCNICA N.º 01/2022-SEPLAN com a proposta de reestruturação dessas unidades.

As Unidades de Arrecadação FRJ passarão a ter novo fluxo de trabalho com a nova competência recebida em decorrência da Lei 9.217/2021, a qual alterou disposições do Capítulo VI da Lei nº 8.328, de 29 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. Com essa alteração, as Unidades de Arrecadação FRJ passarão a realizar os procedimentos de cobrança administrativa dos devedores de custas processuais, o que leva à necessidade de rever os fluxos e processos de trabalho das referidas unidades. Os fluxos de trabalho já foram desenhados, mas se encontram na pendência da construção do Sistema de Cobrança Administrativa, o qual terá integração com o sistema da SEFA e com o(s) sistema(s) dos cartórios de protesto. No que diz respeito à normatização desses fluxos, contribuímos para a entrega da minuta que trata da regulamentação dos procedimentos para cobrança administrativa dos devedores de custas processuais, cuja minuta se encontra em trâmite para aprovação.

Foi realizado diagnóstico e encaminhado para a Secretaria de Informática (PA-MEM-2021/06744). Foi Elaborada minuta de normativo de regulamentação do Processo Administrativo de Cobrança - PAC, em observância à Lei Estadual nº 9.217/2021, foi também realizada a integração do sistema de arrecadação ao sistema GRP. Quanto à implantação do selo digital foi realizada nos seguintes polos: Marabá, Redenção, Santarém, Paragominas, Altamira, Tomé-Açu, Abaetetuba e Castanhal. Além disso foi construído painel analítico de selos não declarados e de inadimplência dos cartórios, foi construído painel analítico de selos não declarados e de inadimplência dos cartórios, estão sendo implementados mecanismos de gerenciamento e controle automatizado no Sistema de Arrecadação Extrajudicial.

Quanto à revisão dos procedimentos de cálculos e cobrança de custas por meio de emissão pela internet, temos: “com o apoio da equipe de TI responsável pela manutenção do Sistema de Arrecadação Judicial, ajustamos os tipos de custas



que ainda estavam pendentes de inclusão no Portal Externo deste Poder Judiciário, como as custas para interposição do recurso de Agravo Interno, além da inclusão do ato de "Envio de documento por via eletrônica ou de informática" como opção no campo de cálculo de custas iniciais. Além da aplicação dos ajustes necessários no Sistema de Arrecadação disponibilizado no Portal Externo, propusemos o seguinte dispositivo na minuta da Resolução que trata da regulamentação dos procedimentos para cobrança administrativa de custas processuais, a qual se encontra em tramitação para apreciação: "Cabe às partes e aos seus procuradores emitirem as custas e outras despesas processuais diretamente pela rede mundial de computadores, acessando o sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará" A emissão de custas exclusivamente pela rede mundial de computadores trará como benefício a otimização da força de trabalho dos servidores das unidades de arrecadação que passarão a dispor de mais tempo para investirem nos cálculos das custas finais, bem como disporão de mais tempo para a realização dos procedimentos de cobrança administrativa de custas processuais. Com a entrega da minuta da Resolução e os ajustes feitos no Sistema de Arrecadação Judicial, entendemos como concluída a presente etapa".

Foi implementado ferramenta para a gestão da inscrição de dívida ativa e de protesto de títulos (O sistema encontra-se desenvolvido e em homologação junto a uma unidade judicial); foi realizado o mapeamento dos macroprocessos e fluxos de trabalho em andamento; o levantamento dos processos distribuídos por servidor; definição de modelo de relatório; em desenvolvimento a ferramenta que irá mensurar a produtividade dos fiscais de arrecadação judicial e extra judicial; em avaliação unificação dos sistemas de arrecadação. Relatório concluído.

Quanto à instituição do curso de formação em Gestão da Arrecadação: Módulo I - Ferramentas de Inteligência em Gestão Fiscal concluído (16/08/2021 - 20/08/2021);

Módulo II - Auditoria e Fiscalização de Serventias Extrajudiciais concluído (08/09/2021 - 01/10/2021); Módulo III - Atualização em Auditoria e Fiscalização da Arrecadação Judicial concluído (03/11/2021 - 17/11/2021).



11.2.2 Apoiar a modernização da gestão das Serventias Extrajudiciais

RESPONSÁVEL: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizado diagnóstico inicial das serventias extrajudiciais; definição das unidades que participarão do projeto piloto; foi elaborado uma minuta de normativo. Está em fase de implantação do Selo Digital nas Serventias Extrajudiciais das 16 regiões judiciárias, também foi publicada Portaria de nº 720/2022-GP, para Implantação do Processo Administrativo de Cobrança Extrajudicial, bem como o módulo administrativo do PJE para processamento do PAC em produção. Para aprimoramento e melhoria dos mecanismos de gestão e controle das receitas e despesas que compõem o Fundo de Registro Civil, foi feito levantamento e avaliação das receitas e despesas do FRC; realização de reuniões técnicas com o Conselho Gestor do FRC demonstrando a composição das Receitas e Despesas; reajuste dos valores dos ressarcimentos de atos gratuitos e de Renda Mínima, e inclusão de ressarcimento de novos atos, no intuito de equalizar as receitas e despesas do FRC, com segurança financeira, e de cumprir com o objetivo institucional do Fundo: combate ao sub-registro civil; elaboração de Análise Técnica para vinculação de percentual da Receita Líquida Excedente das Serventias Extrajudiciais ao financiamento da Renda Mínima, com vistas a cumprir as recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

12 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS.

Coordenador: Diego Baptista Leitão, Secretário de Informática

PERSPECTIVA: Aprendizado e Crescimento

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 2

AÇÕES: 13 concluídas

ETAPAS: 83



EXECUÇÃO: 100%

Ações:

- I-Aprimorar soluções de sustentação de infraestrutura de TIC
- II-Aprimorar estruturas normativas sobre privacidade de dados, segurança da informação e protocolos de segurança cibernética
- III-Expandir a infraestrutura de telecomunicações
- IV-Aprimorar a engenharia e a administração no repositório consolidado de dados
- V-Desenvolver sistema autômato de migração de processos
- VI-Implementar a solução de Balcão Virtual
- VII-Aprimorar a videoaudiência
- VIII-Modernizar o parque tecnológico do PJPA
- IX-Desenvolver ferramenta de inteligência artificial de indexação de documentos judiciais-INDIA
- X-Integrar o TJPA com o CODEX
- XI-Integrar o TJPA com a PDPJ
- XII-Aprimorar os artefatos de gerenciamento de serviços TIC e de governança de TIC
- XIII- Implantar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do TJPA

12.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento do Domínio de Serviços de TIC

12.1.1 Aprimorar soluções de sustentação de infraestrutura de TIC.

RESPONSÁVEL: Arilson Galdino da Silva, Coordenador de Suporte Técnico

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizado a migração de todas as VMs (Servidores virtualizados) para a plataforma de melhor de performance e poder



computacional. POC executada, elaboração de artefatos e dimensionamento em execução. Realizou-se a atualização e expansão da solução de backup, considerando outras origens de dados, bem como novas replicações de informações, garantindo redundância de informações, foram elaborados artefatos e dimensionamento em execução (POC Executado). Projeto de implantação da solução de fiber channel de conectividade concluído, também estão sendo testadas 3 soluções de WAF com balanceamento de carga das empresas VMWare, Fortinet e A10, candidatas a serem utilizadas no ambiente de infraestrutura do Tribunal, foram escritos os artefatos para a contratação da solução, que deve ser finalizada até o final do ano de 2021. Por fim, foi realizado o processo de contratação e aprimoramento de estudo da plataforma, bem como inicialização de projeto de construção de um novo cluster da solução.

12.1.2 Aprimorar estruturas normativas sobre privacidade de dados, segurança da informação e protocolos de segurança cibernética TIC.

RESPONSÁVEL: Paulo Roberto Martins Cunha, Analista Judiciário

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Para a elaboração do protocolo de gerenciamento de crises cibernéticas, foi escrito um plano de trabalho e enviado ao CNJ, representando o plano de intenção do TJPA, neste sentido. Foi realizado estudo do documento normativo PROJETO ABNT NBR ISO/IEC FDIS 27001, que versa sobre: Tecnologia da Informação, Técnicas de Segurança, Sistemas de gestão da segurança da informação, requisitos, foi realizada análise dos documentos do CNJ sobre o assunto, constantes no site de Estratégia e Governança Cibernéticas do Poder Judiciário - Portal CNJ, link: <https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/consultas-publicas/estrategia-e-governanca-ciberneticas-do-poder-judiciario/>

Em 18/01/22 foi confeccionado o Glossário como um documento à parte e adicionada uma nova versão do documento, acrescida de referência ao Glossário e pequenas correções finais.

Para elaboração do protocolo de prevenção a incidentes cibernéticos há normativo em etapa de escrita com a parte relativa a “ Diretrizes de Gestão de



Risco e Diretrizes para enfrentamento de ameaças” em fase de elaboração segundo normativos ISO27005 (risk management). Escrita do protocolo com base no anexo II da Portaria no 162 do CNJ, de 10 de junho de 2021. Análise do normativo do TRT 7ª Região que institui o seu Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos. Em 14.06.2022 houve entrega da versão preliminar do Protocolo, faltando revisão.

Para a elaboração do protocolo de investigação a ilícitos cibernéticos em 18/01/22 ocorreu a finalização da escrita do protocolo e início da revisão e, em 19/01/22, a postagem de nova versão do documento, após pequenas correções de erros identificados após a postagem da primeira versão. Houve a elaboração de nova política de uso de dispositivos móveis.

Quanto à elaboração glossário de Termos de Segurança da Informação foi feito levantamento de termos essenciais empregados no âmbito dos normativos na área de Segurança Cibernética (Protocolos determinados pelo CNJ na Resolução 396 e na Portaria 162) e Segurança da Informação (principalmente na Política de Segurança da Informação do TJPA) e, também, atualizações sucessivas no documento criado para inserir termos relevantes decorrentes da atualização da Política de Segurança da Informação (em curso).

12.1.3 Expandir a infraestrutura de telecomunicações.

RESPONSÁVEL: Arilson Galdino da Silva, Coordenador de Suporte Técnico

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Para a instalação de novos switches de acesso, todos os artefatos já se encontram prontos e dispostos no expediente PA-PRO-2021/04243. Quanto à instalação de transceivers e switches para aumento na velocidade da rede, todos os artefatos já estão prontos e dispostos no expediente PA-PRO-2021/02013. Para implantação de solução de comunicação de WiFi corporativa na sede, todos os artefatos já foram inscritos e encontram-se em análise na SEAD - PA-MEM-2021/02180. Foi realizado levantamento de Atas de Registro de Preço para adesão / Fase final de constituição do TR para adesão a ata do MPPA. Para instalação para solução de controle de acesso físico às salas informacionais, foi feito levantamento de soluções. Quanto à implantação de



links redundantes para as unidades judiciárias, das 28 unidades que obtivemos sucesso, todas encontram-se ativas, em relação às 11 unidades que necessitaram de nova licitação (PA-PRO-2021/02350), 04 encontram-se ativadas e 04 em andamento, previsto até o final de março de 2022 e 03 ainda sem previsão. Foi feito aditivo de Upgrade junto a CLARO/EMBRATEL e OI/TELEMAR de Upgrade dos atuais 400 Mbps 01 Gbps.

12.1.4 Aprimorar a engenharia e a administração no repositório consolidado de dados.

RESPONSÁVEL: Igor Pinto Simões, Analista Judiciário.

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foram realizados ajuste no SDJ para consultar o novo-dw, além da construção das variáveis de rh dos justiça em números, a lotação paradigma foi reprogramada no novo-dw, os dados relativos ao Boletim Estatístico foram implementados no novo-dw em cerca de 60%, foi realizada a implementação de consulta no novo-dw que subsidiarão as atividades do sistema PROMAG, foi elaborado estudo de soluções de repositório de dados desestruturados aptas para o crescimento exponencial de dados e de rápido potencial de migração da solução atual; foi feita a carga das tabelas do sistema de arrecadação extrajudicial para o DW; foi realizada Adaptação do Novo Glossário de Metas para 2021, aprimoramento do sistema de envio de dados ao CNJ, implementação das variáveis de conciliação, implementação do DATAMART de Mandados, implementação do DATAMART de Tarefas do PJE, implementação do DATAMART de Presos Provisórios, implementação das Variáveis de Processos Conclusos, ajuste nas variáveis de Júri, coleta dos complementos de movimentações do SEEU, evolução dos dados dos painéis de processos suspensos e sobrestados.

12.1.5 Desenvolver sistema autômato de migração de processos

RESPONSÁVEL: Rodrigo Oliveira de Medeiros, Coordenador de Aplicações

(Concluída) ✓



DESEMPENHO: Foi realizado desenvolvimento de software que automatiza o particionamento, conversão, juntada de mídias, assinatura e migração para o PJe com os dados do Libra, foi feita a análise da necessidade e dos passos para a evolução do Migrador anterior para o Migrador 4.0, o robô entrou como piloto em 01/06/2021 e liberado para todo estado em 12/07/2021.

12.1.6 Implementar a solução de Balcão Virtual

RESPONSÁVEL: Daniel Fontes Pereira, Analista Judiciário

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi desenhado e homologado o ambiente do Balcão Virtual no Teams em 25/06/2021, foram criados manuais e vídeo aulas referentes a utilização do balcão virtual, disponibilizados no site do TJPA, foi disponibilizado a ferramenta para todos os usuários e criadas as 260 unidades atendentes entre Secretarias Judiciais e Unidades Administrativas enquadradas na portaria. O Acesso externo combinou diferentes formas de contato além do Balcão Virtual para centralizar o acesso a essa informação.

12.1.7 Aprimorar a videoaudiência.

RESPONSÁVEL: Arlene Cristina Silva Siqueira, Coordenadora de Atendimento ao Usuário

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizado levantamento e comparativo das soluções de videoconferência que estão disponíveis para o TJPA; foi realizado a Prova de Conceito de Solução para Videoaudiência Criminal integrada ao Microsoft Teams; a contratação para suprir os equipamentos para a Suplementação do Convênio com o DEPEN está com o DOD, EP e TR.

12.1.8 Modernizar o parque tecnológico do PJPA

RESPONSÁVEL: Arlene Cristina Silva Siqueira, Coordenadora de Atendimento ao Usuário

(Concluída) ✓



DESEMPENHO: Atendimento a todas as rotas de atendimento planejadas. Parque tecnológico 100% modernizado.

12.1.9 Desenvolver ferramenta de inteligência artificial de indexação de documentos judiciais-INDIA

RESPONSÁVEL: Marília Paulo Teles, Coordenadora de Aplicações

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Ferramenta INDIA Desenvolvida. Base de treinamento criada. Identificador e segmentador criados. Classificador criado. Interface criada. A etapa de homologação foi feita com a equipe de digitalização. Projeto piloto concluído. Foi montada uma estrutura no openShift para a INDIA.

12.1.10 Integrar o TJPA com o CODEX

RESPONSÁVEL: Marília Paulo Teles, Coordenadora de Aplicações

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Implementado o Codex do CNJ para extrair dados do Sistema PJE de 1º e 2º Grau.

12.1.11 Integrar o TJPA com o PDPJ

RESPONSÁVEL: Marília Paulo Teles, Coordenadora de Aplicações

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Integrado o Sistema PJE de 1º e 2º Grau com o PJe Nacional atualizado para a versão mais recente integrada aos serviços estruturantes da PDPJ-Br

12.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento do Domínio de Governança e Gestão de TIC

12.2.1 Aprimorar os artefatos de gerenciamento de serviços TIC.

RESPONSÁVEL: Miguel Pernambuco Filho, Analista Judiciário



(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizado planejamento de aprimoramento de Governança de TIC, sob os termos da Res. 370/2021 (Estratégia Digital Nacional de TIC do Poder Judiciário), também foi realizada Estratégia Digital Nacional de TIC do Poder Judiciário, alinhada ao planejamento estratégico 2021-2026, e compatibilização ao Plano de Gestão 2021-2023: Macrodesafio 12, Plano de Contratações de Soluções de TIC de 2021 e Plano de Contratações de Soluções de TIC de 2022, Processo de Gerenciamento de Acordo de Nível de Serviço:

O que foi feito:

- Atividades que compõem o subprocesso
- Relacionamentos com outros processos
- Documentação no padrão BPMN
- Papéis e responsáveis

12.2.2 Implantar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do TJPA

RESPONSÁVEL: Paulo Roberto Cunha, Analista Judiciário

(Concluída) ✓

DESEMPENHO: Foi realizada a criação do Plano de Ação (Roadmap); foi publicada Portaria nº 2.183-GP, de 29 de junho de 2021, que faz a designação dos Membros do Comitê gestor de Proteção de Dados Pessoais. Foi feita a criação do Portal da LGPD no portal do TJPA, com acesso tanto interno quanto externo, em conformidade com o determinado pela Resolução CNJ nº 363/2021. Foi publicada a Resolução nº 19, de 15 de setembro de 2021 - Institui a Política de Privacidade e Segurança da Informação do Poder Judiciário do Estado do Pará. Foi publicada a Resolução nº 23, de 03 de novembro de 2021 (altera a Resolução nº 19, de 15/09/2021), que instituiu a Política de Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais no Poder Judiciário do Estado do Pará. Em 15/06/22 ocorreu reunião deliberativa do Comitê sobre a minuta de portaria de criação do grupo Encarregado de Proteção de Dados Pessoais.



(composição: um/a Desembargador/a, um/a Juiz/a, um/a analista, uma/a representante da Secretaria de Administração do TJPA, um analista de TI, da Secretaria de Informática). Instituição de um Gabinete de Apoio ao órgão Encarregado, com a atribuição de auxiliar os integrantes no desempenho de suas atividades, composto por dois servidores de carreira do Tribunal de Justiça do Pará. Em 20/06/22 foi elaborada minuta de criação do órgão Encarregado pela LGPD no TJPA e encaminhada à Presidência pelo Des. Luiz Neto através do SIGA-DOC nº PA-MEM-2022/27309. Foi feita apresentação para o Comitê Gestor de uma primeira proposta de fluxo de atendimento, projetada na notação BPM.

Ainda, em 22/06/22 foi criada uma minuta de portaria contendo orientação sobre cadastro de ações com os códigos apropriados à LGPD segundo a tabela unificada e a referida minuta foi apresentada ao Comitê Gestor da LGPD.

Publicação do PROVIMENTO Nº 10 de 21/07/2021 que dispõe sobre as diretrizes voltadas ao tratamento e proteção de dados pessoais pelos delegatários dos serviços notariais e de registro de que trata o art. 236 da Constituição da República, em cumprimento à Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito do Estado do Pará. Publicação realizada no DJE Nº 7187 - Data da Publicação: 21/07/2021.

Quanto à atuação na educação para Proteção de Dados pessoais foi feito planejamento e elaboração de uma Estrutura para Colóquios Virtuais (Webinários) sobre a LGPD no âmbito do TJPA com nome “E-Diálogos”, foi realizado 03 Webinários em torno do tema da Privacidade e da Proteção de Dados Pessoais, fazendo uso da infraestrutura da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará, foi elaborado projeto de Curso de Formação Continuada, no formato eletrônico remoto e nos padrões da Escola Judiciária e da EFAM, com carga horária de 20 horas aula, intitulado: “A proteção de dados pessoais e o papel do Poder Judiciário na sociedade da informação”, foi ministrado Curso sobre LGPD, com a chancela da ENFAM, realizado de forma virtual através da Escola Judicial.